

A luta do PC do B na Nova República

- Consolidar as vitórias democráticas
- Avançar rumo a transformações progressistas

Na página 5, a íntegra do documento em que os comunistas firmam posição diante do governo Tancredo Neves e das batalhas políticas que esperam o movimento popular.

Ato pela legalidade do PC do B ganha amplo apoio

Campanha pró-legalidade dos comunistas envolve vasto leque democrático. Página 3

EDITORIAL

Democracia no Congresso

Reabrem-se os trabalhos do Congresso Nacional. O Legislativo passa a viver uma nova etapa. Até então, sob o regime militar, todos os poderes concentravam-se no Executivo, sempre nas mãos de um general. Aos deputados e senadores restava pouco mais do que resistir às investidas da reação comandada pelo Palácio do Planalto.

Com a derrota da ditadura e a escolha de um representante da sociedade civil para a Presidência da República cria-se um novo quadro político. Em toda parte fervilha a expectativa da liberdade. O povo discute os problemas e as saídas para a grave crise do País. O sentimento geral é no sentido das mudanças. Os democratas entendem a necessidade de reforçar a unidade para consolidar a vitória alcançada e desmontar definitivamente a imensa herança deixada em todos os terrenos pela ditadura. Esta movimentação terá reflexo no Parlamento.

De imediato, entrará no ordem do dia o debate sobre reformulações de emergência na legislação atual, visando abrir caminho para uma Assembleia Nacional Constituinte realmente livre e soberana. E a reconquista de prerrogativas básicas do Poder Legislativo, sufocadas por 21 anos de arbítrio.

Estas discussões estarão, evidentemente, relacionadas com os projetos de envergadura sobre os rumos apropriados para o desenvolvimento do Brasil. Por um lado os representantes das correntes conservadoras tratarão de desviar o processo para as questões superficiais e de método. Farão todos os esforços para limitar as mudanças e manter a Nova República dentro de limites democráticos estreitos, sem abrir espaços em que o povo se faça presente. Da mesma forma cuidarão de modificar as relações com o capital estrangeiro sem chegar ao fundo da questão, que

é a conquista efetiva da soberania nacional.

Em contrapartida, os parlamentares comprometidos com o povo colocarão em pauta as transformações em profundidade que a Nação necessita. Não desprezarão as reformas conjunturais que possam trazer certos benefícios aos trabalhadores, mas guiarão sua atividade no rumo das questões estruturais, relacionadas com o latifúndio, com os grandes monopólios brasileiros e multinacionais, com a necessidade de pôr fim à dominação imperialista sobre a nossa Pátria. Em particular, no momento atual, colocarão ênfase na luta pelo rompimento dos acordos com o FMI e pela suspensão do pagamento da dívida externa até que os brasileiros tenham como se informar e decidir sobre o assunto.

O Congresso passará, portanto, a trabalhar num ritmo intenso, refletindo o revigoramento da vida política do País. Mas, além disto espera-se dos deputados e senadores um entrelaçamento maior das atividades parlamentares e extraparlamentares. Para dar continuidade ao vigoroso movimento democrático que ocupou as praças públicas no ano passado, será essencial a articulação do Congresso Nacional com as organizações e entidades populares. As massas trabalhadoras constituem o fator essencial para o progresso do País. E os parlamentares têm a imensa responsabilidade de contribuir de todas as formas possíveis para impulsionar sua participação na solução dos problemas.

De acordo com as novas perspectivas abertas pela derrota dos generais, o Congresso será também palco de grandes confrontos políticos no curso da preparação para a Constituinte. Com a experiência adquirida na luta contra a ditadura, os parlamentares terão a responsabilidade de contribuir para uma nova Carta Magna, democrática e progressista.

"Romances do Coração", ilusão fácil nas bancas

"Sabrina", "Júlia" e outros livretos vendem à juventude mentiras adocicadas. Pág. 9



Desemprego e fome reclamam plano corajoso

Uma visão tímida, que coloca a técnica na frente da política, prejudica o plano de "ação imediata contra fome e o desemprego" entregue a Tancredo Neves pela Copag. Página 4



Creche na empresa: uma raridade, apesar de obrigatória por lei...

Lei garante creche mas patrão não dá

Os direitos da mulher trabalhadora previstos na CLT são sumariamente violentados pelas empresas. Pág. 10

Tribunal legaliza a UNE depois de 21 anos

Entidade máxima dos estudantes vence na Justiça uma longa batalha contra a ditadura. Pág. 7

Arrocho dos salários piorou com a recessão

Dados do Dieese demonstram que o custo realizar os salários acima dos índices do custo de vida. Página 4

CDM
Centro de Documentação e Memória
Fundação Maurício Grabois

Imperialismo intensifica as pressões sobre a Argentina

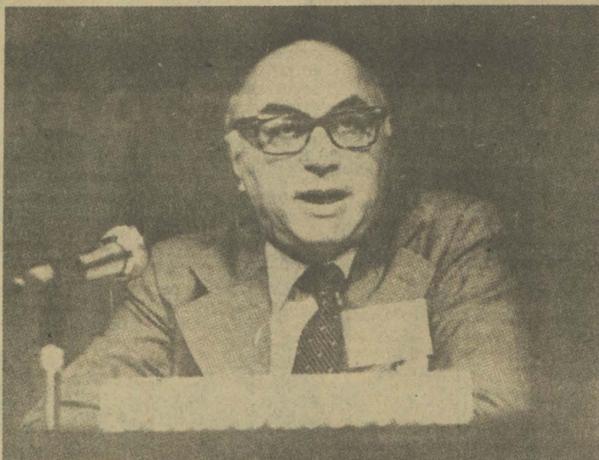
O povo argentino defronta-se com poderosas pressões do imperialismo para preservar e ampliar a dependência do país. Uma das vítimas dessa investida é o ex-ministro da Economia, Bernardo Grinspún, exonerado no último dia 19, uma terça-feira, por imposição do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Enquanto ministro, Grinspún manteve uma posição de resistência às orientações do Fundo e deu exemplos de defesa da soberania argentina na definição da política econômica. Sua queda mostra a ingerência descarada e inaceitável do imperialismo ianque em problemas internos daquela nação. E merece o repúdio de todos os povos da América Latina.

INGERÊNCIA

Para manter a Argentina sob seu domínio, os países imperialistas (com o governo Reagan à frente) vêm recorrendo aos velhos métodos de pressões e chantagens, inclusive ameaças veladas de um novo golpe militar. Há poucos dias, o ex-chefe da CIA, general Vernon Walters (um dos articuladores do golpe de 64 no Brasil), reuniu-se sigilosamente com comandantes do Exército da Argentina e chegou a visitar alguns membros das antigas juntas militares, hoje presos e processados. Walters é uma espécie de conselheiro-mor de Ronald Reagan.

A visita ocorreu num momento em que os militares golpistas e outros setores reacionários daquele país estão em aberta atividade conspirativa para derrubar o governo democrático de Alfonsín. O contra-almirante Horácio Zaratiegui chegou a falar abertamente na possibilidade de um novo golpe. Algumas organizações de cunho fascista (como o intitulado Centro de Pes-



Grinspún queria a soberania e foi exonerado por imposição do FMI

quisas para a Defesa) atuam com desenvoltura. Por sua vez, o jornal "The New York Times", porta-voz do governo ianque, ao mesmo tempo em que aplaudia a reformulação do Ministério da Economia, "recomendava" ordem na economia argentina "para salvar a democracia", numa evidente e descarada ameaça.

RESISTÊNCIA

Desde sua posse, o governo democrático de Alfonsín buscou uma linha de resistência às imposições do FMI. Em sintonia com as promessas feitas durante a campanha eleitoral, divulgou objetivos incompatíveis com os interesses do imperialismo. "Temos de incrementar o salário real e também lutar contra a inflação", declarou o presidente argentino em 12 de junho de 1984, ao argumentar que não pretendia pagar a dívida externa (de 49 bilhões de dólares) às custas da fome do povo.

Bernardo Grinspún, então ministro da Economia, era um dos principais líderes dessa orientação. As negociações com o FMI chegaram a ser suspensas e numa carta unilateral enviada ao Fundo, o governo afirmou que "a Argentina não assumirá compromissos

que condicionem sua soberania no tratamento dos problemas internos". Destacou-se, ainda, que "a dívida foi contraída devido à aplicação de uma política econômica autoritária e arbitrária, na qual os credores tiveram uma participação ativa, sem qualquer benefício para o povo argentino". Boa parte dos empréstimos contratados e um percentual elevado da dívida decorreram de operações irregulares e criminosas de empresas (principalmente estrangeiras) e de apaniguados dos generais, segundo apurou o próprio governo.

MAIS PRESSÕES

Frente a essas e a outras atitudes de rebeldia, o imperialismo aumentou suas pressões, por meio da suspensão de empréstimos já contratados e outros. O governo não se manteve durante muito tempo na linha de resistência e começou a ceder frente às exigências do FMI, com quem já assinou algumas famosas "Cartas de Intenção".

As promessas de pôr fim à política de arrocho salarial e conservar a soberania no "tratamento dos problemas internos" foram abandonadas. O país segue à risca as determi-

Quem paga o crescimento dos EUA?

Ao tempo em que Argentina, México, Brasil, Colômbia e outros países condenados ao FMI ardem numa crise que esgota seus recursos e martiriza suas populações, o governo Reagan se vangloria da "recuperação econômica" nos Estados Unidos. Segundo os dados oficiais, a economia ianque cresceu 6,9% em 1984. Mas isso representaria uma recuperação econômica de fôlego?

Na verdade, não. O próprio governo ianque admite que os setores que tiveram maiores avanços foram os de computação e, principalmente, de guerra. A eles cabe a maior parte dos 145,8 bilhões de dólares

de lucros líquidos alcançados pelas empresas em 1984 (um aumento de 14,4% em relação a 1983). E a indústria de guerra não acarreta um florescimento do conjunto da economia.

Como afirma o jornal "O Estado de S. Paulo", um dos principais porta-vozes dos interesses dos EUA na imprensa brasileira, "a economia norte-americana está fechando seus diferentes balanços com recursos vindos do exterior". De fato, o balanço de pagamentos dos EUA é altamente positivo, apesar de ter em 1984 um déficit comercial de 123,3 bilhões de dólares — quase o dobro dos 69,4 bilhões de dólares de

1983. Os juros dos empréstimos concedidos, os lucros das multinacionais, os fretes de transportes amealhados da exploração dos povos e países dependentes, enriquecem os magnatas ianques.

E enquanto os magnatas aumentam espantosamente seus capitais, a população norte-americana vive um processo de proletarianização constante. Desde que Reagan assumiu pela primeira vez a Presidência, em 1980, aumentou em 2 milhões o número de americanos que estão vivendo no nível oficial de pobreza (um total de 35 milhões). E isso mesmo levando em conta as crescentes dificul-

dades que o governo criou para que o desempregado ou subempregado conseguisse ser considerado pobre pelo governo, e ter direito às ajudas sociais que lhe são destinadas. Os preços reais subiram 25% na gestão Reagan, e os salários diminuíram 11%. Em 1979, havia 7 milhões de desempregados. Em janeiro de 1985, 8,5 milhões. O poder de compra da renda familiar média, em 1983, foi 3% menor do que em 1980, e no ano passado caiu ainda mais. Entre 80 e 84, os 20% mais pobres da população perderam 7,6% de seus salários, enquanto os 20% mais ricos aumentaram em 8,7% suas fortunas.

Nessas condições, o pacto social e a tréguia proposta por Alfonsín e aceita por algumas lideranças e entidades sindicais, não teve como subsistir: várias greves estouraram em fevereiro e outras foram anunciadas. A posição de Grinspún, um líder histórico do Partido Radical que elegeu Alfonsín, ficou contraditória com a nova orientação. Durante um encontro com o auditor-chefe de uma missão do FMI, Joaquim Ferran, a quem teria chamado de "mentiroso", o ex-ministro teria dito que o FMI "é um organismo pago por um conjunto de países, inclusive a Argentina. Não é o nosso patrão. Deve portar-se como um técnico, não como um carrasco ou feitor". Esse diálogo foi a gota d'água para sua demissão, que significou uma derrota para as forças patrióticas e populares. Seu substituto, Juan Sourrouille, mais ao gosto do imperialismo, anunciou uma política que prevê o aumento a qualquer preço das exportações, arrocho salarial, reformas nos sistemas tributário e financeiro para incentivar as exportações, além de uma redução ainda mais drástica do mercado interno. (Umberto Martini)

Crescem ameaças contra sandinistas

O governo Reagan lançou uma nova ofensiva propagandística visando criar condições para atacar a Nicarágua, no final de fevereiro. Durante entrevista coletiva, o presidente dos Estados Unidos pregou a "remoção" dos sandinistas do poder. Ao mesmo tempo, o secretário de Estado ianque, George Shultz, aventou a possibilidade dos EUA invadirem a Nicarágua, dispensando os empréstimos dos mercenários contra-revolucionários.

A ofensiva publicitária anti-sandinista se dá no momento em que o Congresso estuda a possibilidade de aprovar a doação de mais 14 milhões de dólares aos contra-revolucionários e mercenários da CIA que espalham o terror em território nicaraguense. Reagan está tendo dificuldades em conseguir a aprovação de mais essa ajuda, já que até mesmo os congressistas norte-americanos estão indignados com as atrocidades cometidas pelos agentes da CIA contra a população civil na terra de Sandino.

Na semana passada o "Washington Post", diário norte-americano, denunciou que a Casa Branca está contrabandeando dinheiro para os anti-sandinistas através da "ajuda militar" que concede aos governos vende-pátria de El Salvador e Honduras.

Dias antes, o próprio ministro hondurenho, Ubodoro Ariaga Iraheta, confessou que durante as negociações econômicas e militares de Honduras



Trabalhador nicaraguense: armado

com os EUA, Reagan exigiu uma maior participação de seu país nos ataques à Nicarágua. Com a maior sem-cerimônia, o ministro Iraheta disse que aceitou a proposta: "Temos um amigo poderoso e extraordinário, e um mercado grande. Negócio é negócio, o melhor cliente é o melhor amigo!".

Em Manágua a situação é tensa. A população foi mobilizada para defender-se de uma eventual invasão. Trabalhadores armados e soldados do Exército Sandinista foram deslocados para a região fronteira com Honduras, onde os EUA realizam manobras militares. Ao mesmo tempo, o país sofre com a escassez de combustíveis, já que os Estados Unidos pressionaram o Equador a não enviar para a Nicarágua o petróleo que havia vendido a este país.

Sanguinetti toma posse e uruguaios exigem anistia

Foi empossado, na sexta-feira, 1º de março, o presidente Júlio María Sanguinetti, do Uruguai, pondo fim a 12 anos de ditadura militar no país. Em meados de fevereiro o Congresso foi reaberto, após 11 anos e oito meses sem funcionar.

Um dos problemas candentes para os uruguaios é a garantia da democracia no país. Sanguinetti recebeu a nação com 350 presos políticos, inúmeros desaparecidos, e com o fantasma de um novo golpe militar já assombrando os uruguaios: no dia 13 de fevereiro o comandante do Exército, general Hugo Medina ameaçou: "Se nos

obrigam, não teremos remédio a não ser dar um novo golpe de Estado". O Partido Colorado, do presidente eleito, por seu lado, está estudando um projeto de anistia restrita, que manteria nos cárceres mais de 60 adversários do regime militar!

Vendo a democracia ameaçada, antes mesmo da posse do presidente civil eleito, os uruguaios já realizaram, no final de fevereiro, uma manifestação pela anistia irrestrita, diante do Supremo Tribunal Militar. Uma indicação de que os confrontos entre os amantes da liberdade e os inimigos do povo vão continuar, mesmo após a posse de Sanguinetti.

Albânia granjeia amigos em todo o mundo

Graças à sua política marxista-leninista e às suas posições justas, de princípios na arena internacional, a Albânia Socialista está conquistando o apoio e admiração dos povos e personalidades progressistas de todas as partes do mundo.

Jorge Melica, presidente do Comitê Albanês de Relações Culturais e de Amizade com o Estrangeiro, escreveu um artigo no jornal "Zeri i Popullit" — órgão central do Partido do Trabalho da Albânia — no qual enfatiza que a República Popular Socialista da Albânia mantém relações diplomáticas com mais de 100 Estados, e esse número cresce constantemente.

Melica destaca que é grande o interesse dos proletários e povos do mundo em conhecer e estudar os trabalhos de Enver Hoxha, principal dirigente do Partido, e os documentos do Partido, que são publicados e reeditados em inúmeros países. "Uma expressão concreta do interesse e da consideração pelas tradições do povo albanês, pela cultura e edificação do socialismo na Albânia são, de um lado, os esforços dos amigos e revolucionários verdadeiros de propagar nossas



Exposição sobre a Albânia realizada em Portugal

realizações, e, de outro, a atitude de vários povos que apóiam e encorajam o progresso e o desenvolvimento da Albânia Socialista. Não é por acaso que hoje existem em 60 países do mundo, nos cinco continentes, associações de

amizade com a Albânia", sublinha o artigo publicado no "Zeri i Popullit".

Essas associações escrevem artigos, traduzem documentos albaneses, divulgam as realizações econômicas, culturais, educacionais e científicas da-

quele país socialista. Somente em 1984, ano do 40º aniversário da libertação da Albânia, foram realizadas mais de 310 atividades culturais e artísticas pelas Associações de Amizade na Suécia, Dinamarca, Áustria, França, Itália, México, Espanha, Egito, Portugal, República Dominicana, Equador, Colômbia, Brasil, Tanzânia, Madagascar, Grã-Bretanha e outros países.

Melica ainda informa que a Albânia mantém acordos culturais com dezenas de países, como a Turquia, Itália, Grécia, Suécia, França, Finlândia, Argélia, Egito, Vietnã, Síria etc. "Também é considerável nosso intercâmbio nos campos da educação, cultural, ciência e esporte com a Áustria, Dinamarca, México, Argentina, Suíça, Tunísia e outros países. Entre 1980 e 1984 nosso país foi visitado por 63 grupos de estudiosos da cultura e por dezenas de personalidades da literatura e arte mundiais. Somente em nove meses do ano passado a Albânia foi visitada por 19 grupos de cientistas estrangeiros", revela o artigo do presidente do Comitê Albanês de Relações Culturais e de Amizade com o Estrangeiro.

Importante obra de Stálin reeditada

Livro aparecido em 1952, **Problemas Econômicos do Socialismo na URSS** é pouco conhecido. Trata-se, no entanto, de uma obra de enorme importância teórica. Escrito em função da elaboração do Manual de Economia Política, que sintetizava e generalizava conceitos da economia política marxista e em particular as leis econômicas da construção do socialismo, apoiado na grande experiência da URSS, apresenta questões relevantes ligadas à passagem da etapa socialista à fase do comunismo. São questões novas que mereceram de Stálin tratamento científico e aprofundado, constituindo um desenvolvimento da doutrina marxista-leninista.

Nessa obra são também focalizados com muita propriedade os problemas da paz e da guerra numa ótica estratégica e tática que ajuda a compreender a dialética entre a ação específica e atual da luta pela paz e a conquista definitiva da paz no mundo, somente possível com a derrocada do sistema imperialista.

Problemas Econômicos do Socialismo na URSS é uma leitura indispensável a todos os que se interessam pelo so-

cialismo, pela construção de uma nova sociedade, livre da exploração do homem pelo homem, no rumo do comunismo. Os conceitos teóricos ali contidos enriquecem a ciência social e abrem novas perspectivas à luta que hoje se realiza em todo o mundo contra o sistema capitalista-imperialista e contra o revisionismo.

Pedidos à Editora Anita Garibaldi com o envio de cheque nominal no valor de Cr\$ 8.000,00. Av. Brigadeiro Luís Antônio, 317, sala 43. CEP 01317, telefone 34-0689.

STÁLIN

PROBLEMAS ECONÔMICOS DO SOCIALISMO NA U.R.S.S.

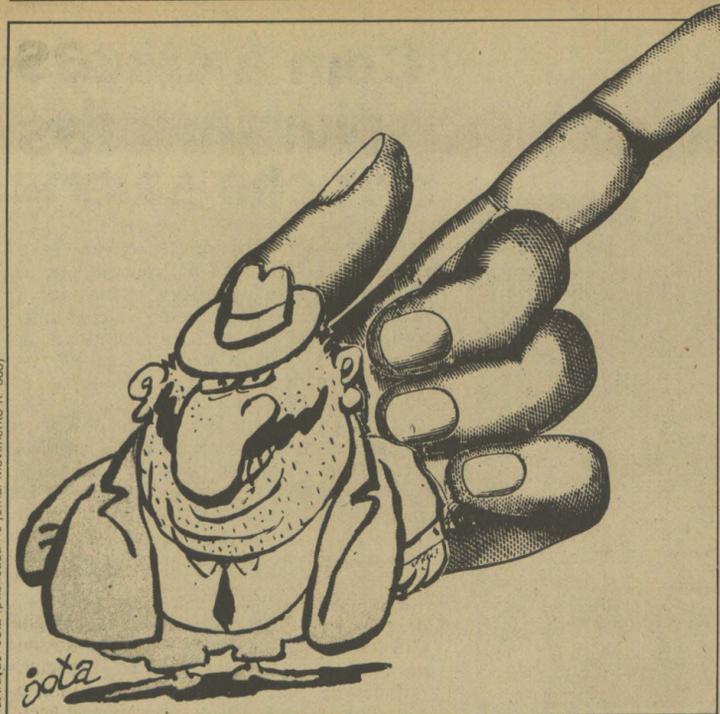


EDITORA ANITA GARIBALDI

CDM ERRATA
Centro de Documentação e Memória
 Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo

O livro "O Brasil de Ho Chi Minh: do ponto de vista popular", publicado pela Editora Maria Quitéria, custa Cr\$ 3 mil e não Cr\$ 2 mil como erroneamente

informamos na edição passada. Pedidos à Editora Anita Garibaldi, com o envio de cheque nominal no valor da compra.



SNI, um organismo podre que precisa ser jogado no lixo

Na Nova República se discute o destino a ser dado ao Serviço Nacional de Informações (SNI). Consta que seus arquivos mais comprometedores estão sendo remanejados. A sociedade, vítima deste "monstro" policialesco, exige o seu desmantelamento. Torna-se inconcebível a convivência com um organismo de tal tipo num regime democrático.

Ainda permanece bastante viva na memória do povo o caso da bomba no Riocentro e dos atentados às bancas de revistas nas capitais, em 1981. Do assassinato do jornalista Alexandre von Baumgarten à corrupção da Capemi, em todos estes casos está o dedo sinistro do SNI. Em vez de um "serviço de informações", este órgão passou a ter poderes de vida e morte sobre o cidadão.

As vésperas da posse de Tancredo Neves se discute o destino a ser dado a esta criatura monstruosa do regime militar (veja TO nº 293). O futuro presidente já declarou que é necessário retirar o seu caráter policialesco. Mas no caso do SNI, não basta uma modificação. Admite-se que o governo tenha um órgão de informações, mas para proteger o País de interferências externas. E o SNI é um instrumento de espionagem e repressão aos brasileiros; impõe-se a sua extinção.

A presidência pode ser municiada das informações necessárias através de outros órgãos legais já existentes. Em recente entrevista, um almirante demonstrou a incapacidade do SNI em colher informações que realmente interessam à nação. "O caso da Sunamam — diz ele — mostra, mais uma vez, as falhas do Sistema Nacional de Informações, que poderia ter alertado o governo para as irregularidades que estavam ocorrendo".

BISBILHOTANDO OS OUTROS

Por outro lado, agora vai chegando à luz do dia a maneira acintosa com que o SNI controlava a vida das pessoas. No final de janeiro foram recolhidas de algumas repartições públicas os ofícios baseados nas Listas de Dados Biográficos — as conhecidas LDBs, fichas contendo os dados e apreciações de todos os funcionários qualificados do governo. Estes ofícios vetam ou liberam candidatos a cargos de chefia nas instituições. Nos arquivos do SNI existiam 250 mil LDBs pairando como guilhotinas para cortar o acesso de muita gente a um emprego público.

Para bisbilhotar a vida alheia, particularmente dos opositores, a comunidade de informações não media esforços. Chegou a adquirir uma sofisticada máquina instalada no 17º

andar do prédio da ECT, em Brasília, capaz de abrir envelopes e depois lacrá-los sem deixar indícios de violação.

"Grampeamento" de telefones tornou-se coisa corriqueira para os agentes do SNI. Só na capital federal, até há pouco tempo, existiam cerca de 5 mil telefones vigiados. No Rio Grande do Sul o deputado Antenor Ferrari denunciou o ano passado que os telefones da Assembléia Legislativa estavam "grampeados". No Paraná o chefe da Comunicação do governo estadual revelou a existência de escutas telefônicas nos aparelhos usados pelo governador José Richa.

"TORMENTO PARA O POVO"

Este fato levou o deputado Hélio Duque (PMDB-PR) a fazer uma séria acusação em Brasília: "O SNI vive à margem da lei, violentando garantias constitucionais dos cidadãos e desenvolvendo espionagem política". O parlamentar acrescentava que se o Serviço Nacional de Informações se transformou "em tormento para os brasileiros sérios", o mesmo temor ele não causava aos corruptos, "já que a corrupção prospera, sobretudo no governo federal, sem que se perceba sua presença preventiva".

Até Tancredo Neves, quando candidato, foi uma vítima dos homens da "comunidade de informações". Em agosto e setembro foram presos em Brasília e Goiânia agentes do SNI colando cartazes falsos e fazendo pi-xações relativos ao candidato oposicionista. Imediatamente oficiais do Exército liberaram os provocadores. Preocupado com a sorte dessa gente no novo regime, o senador Moacyr Dalla contratou em dezembro 77 agentes do serviço secreto para trabalhar no Senado.

Para consolidar a democracia que chega, ainda débil, há que extirpar as ervas daninhas que impediram o seu florescimento. O SNI é um exemplo cabal da utilização de um órgão hipertrofiado, sem qualquer controle pelo Legislativo ou Judiciário, desrespeitando os mais elementares direitos do cidadão, em benefício de uma oligarquia fardada. O melhor tratamento a ser dado a um organismo podre é jogá-lo no lixo.

Bloco Popular discute Constituinte em Goiás

Realizou-se em Goiânia, no último dia 22, o Encontro Estadual de Lideranças Políticas do Bloco Popular do PMDB, que teve como tema central a discussão da Assembléia Nacional Constituinte Livre e Soberana. Estiveram presentes, além do deputado federal Aldo Arantes (coordenador estadual do Bloco Popular), os prefeitos Juarez Álvares da Silva, de Campo Alegre, Aurolino dos Santos Ninha, de Campos Belos, Hélio Fernando, de Aragarças, Hermenegildo Pereira, de Aragoiânia, e Vander da Silva, de Abadiânia. O encontro contou ainda com a participação de vereadores de vários municípios do interior de Goiás, bem como de presidentes de diretórios municipais do PMDB.

Dentre as várias propostas aprovadas durante a reunião, que se estendeu por todo o dia, destacam-se as apresentadas pelo deputado federal Aldo Arantes, que estabelecem a realização de comícios Pró-Constituinte pelo interior; a promoção de cursos sobre a Constituinte, para municiar as lideranças políticas; a implementação da Campanha pelas Diretas-já para prefeitos de Goiânia e de Anápolis; além da realização de caravanas de prefeitos e vereadores a Brasília para reivindicar a suplementação de recursos para os municípios; e a realização de um encontro de prefeitos e vereadores em Brasília no mês de maio. Para os participantes, o encontro do Bloco Popular foi bastante produtivo. (da sucursal).



Parlamentares, representantes do PMDB, PT, PDS e dezenas de lideranças populares participaram da reunião na Assembléia

Amplo apoio ao ato pela legalidade do PC do Brasil

Ao mesmo tempo em que cresce a mobilização para o ato pela legalidade do Partido Comunista do Brasil, marcado para o dia 23 de março no ginásio do Pacaembu, em São Paulo, amplia-se também o leque de forças que prestam seu apoio e solidariedade a esta campanha democrática.



Chubaci exaltou o PC do B

No último dia 26, terça-feira, foi realizada a segunda reunião preparatória do ato, no plenário Teotônio Vilela da Assembléia Legislativa, que ficou lotado. Estiveram presentes parlamentares e representantes do PMDB, PT e PDS, além de dezenas de dirigentes sindicais e lideranças populares. **COERÊNCIA EXALTADA** O deputado Valdemar Chubaci, vice-presidente do PMDB, ao registrar seu apoio "à luta de todos os partidos que lutam pela sua legalidade", ressaltou:

"Ofereço não só a simpatia, mas o esforço e empenho, principalmente para vocês, companheiros, pela ajuda que deram à causa democrática. O PC do B, em todo esse período de lutas, demonstrou, acima de tudo, muita coerência política".

A reunião já registrou, também, o novo clima democrático que se cria no País, onde mesmo as forças mais retrógradas não encontram espaço para a defesa do arbítrio e a necessidade de liberdade coloca-se como um imperativo que arrasta a todos. "Entende-

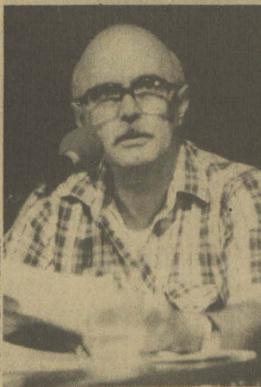
mos que só vamos ter a democracia no Brasil quando todos os partidos tiverem direito à legalização", frisou o deputado estadual Paulo Diniz, do PT. Seu companheiro de bancada, Marco Aurélio Ribeiro, acrescentou: "Nós estaremos ao lado do PC do B na luta pela legalidade pois entendemos que sem ela não existe liberdade".

O deputado do PDS, Luiz Furlan, acentuou que "apesar das divergências de posições que nós temos, produto até mesmo das nossas origens diferentes, estamos aqui para dar todo nosso apoio a esta luta. Eu acho inconcebível que os comunistas do PC do B não tenham direito à representação partidária legal". O presidente da União de Vereadores do Brasil, Paulo Silas, afirmou: "A legalidade é um direito democrático que vamos conquistar". Neleu Alves, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, destacou que "a campanha não é só dos comunistas, mas de todos os operários, trabalhadores, democratas e patriotas brasileiros".

Inúmeras atividades estão sendo realizadas e foram

programadas na capital e no interior do Estado com a finalidade de mobilizar para o ato no Pacaembu. No próximo dia 6, haverá um debate com o veterano dirigente comunista João Amazonas sobre a "Constituinte e a legalização do Partido Comunista", na Câmara Municipal, quando será lançada a Comissão pela Legalidade do centro da cidade; no dia 10, haverá o lançamento da Comissão na Zona Leste, no Colégio D. Pedro II em São Miguel; no mesmo dia, ocorrerá um debate sobre a legalidade no bairro Sapopemba e um ato na Freguesia do Ó; dia 16, estão previstas a inauguração da sede da Comissão pela Legalidade na Zona Sul, na antiga sede do PMDB e inauguração de uma outra sede, na Moóca. Diversos mini-comícios serão realizados nas regiões da capital e no interior do Estado até o dia 23. Foram rodados 300 mil panfletos e 50 mil cartazes para propagandear a manifestação pela legalidade. Nos outros Estados também estão sendo organizadas manifestações pela legalização do PC do Brasil, fundado no dia 25 de março de 1922.

Comunistas realizam debate no Piauí



Dineas

Fato inédito no Piauí, realizou-se no último dia 26, em Teresina, um debate sobre a situação nacional e as posições dos comunistas, promovido pela Comissão pela Legalidade do PC do Brasil. O conferencista Dineas Aguiar, membro da Comissão Nacional pela Legalidade do PC do B, expôs as idéias dos comunistas para um público bastante interessado, que lotou as dependências do Auditório Herbert Parentes Fortes, que comporta cerca de 200 pessoas.

Dineas fez uma abordagem sobre o processo que levou ao fim do regime militar. Avaliou também a atual correlação de forças na sociedade brasileira e as perspectivas para o movimento operário e popular e expôs a posição do PC do Brasil frente ao governo Tancredo Neves. Para ele, os trabalhadores e o povo devem lutar pela consolidação do regime democrático e pela ampliação das conquistas do interesse popular.

O debate foi amplamente

vitorioso, tanto pelo público presente, numeroso e diversificado, como pelo interesse e participação dos presentes. Um outro fato inédito no Piauí, que mostra os sinais dos novos tempos que o País vive, é que o auditório para o debate foi cedido pelo secretário de Cultura do Estado. No encerramento do evento, Lourdes Carvalho, representante da Comissão pela Legalidade do PC do B no Piauí, afirmou que novas atividades serão promovidas pelos comunistas no Estado (da sucursal).

Clube de Paris aperta cerco ao Brasil

No dia 26 de fevereiro o Clube de Paris suspendeu as renegociações da dívida externa pública do Brasil. Com essa atitude, esse órgão dos Bancos Centrais dos países ricos dá um terceiro passo num forte esquema de pressões sobre Tancredo Neves. Os imperialistas exigem que o novo presidente seja como Figueiredo, um boneco nas mãos dos banqueiros.

A chantagem é articulada pelas três instituições que representam o capital financeiro internacional: o Clube de Paris, o Fundo Monetário Internacional e o Comitê de Bancos. No começo do ano tudo parecia "normal" nas negociações entre os banqueiros e a equipe de Figueiredo: os trabalhos estavam sendo acelerados para que um vergonhoso acordo compromettesse o Brasil por 14 anos, com uma rolagem de 45 bilhões de dólares e "auditorias" semestrais do FMI. Ao mesmo tempo foram iniciadas negociações com o Clube de Paris para rolar 8,8 bilhões de dólares de dívidas de estado para estado, nas mesmas condições

de prazo e auditoria. No começo de fevereiro o FMI endureceu o tratamento. Afinal, o quadro político do País mudava com a eleição de Tancredo. A tática dos banqueiros também mudou; passaram a um jogo mais pesado. Há quinze dias o FMI, indiretamente, suspendeu os pagamentos das prestações de empréstimos que deveriam ser efetuados em março. A desculpa foi o não cumprimento da Sétima Carta, apresentada pelo governo Figueiredo e já ultrapassada pelos desastres da economia. Como uma mão não pode lavar a outra, o Comitê dos Bancos credores principais também suspen-

deu as negociações. Agora o Clube de Paris vem fechar o círculo de ferro.

JOGO DURO

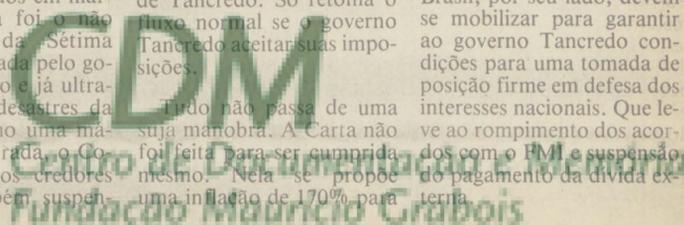
A tônica deste processo é de humilhação para o País: o FMI mandou um questionário com 100 perguntas sobre o não cumprimento da Sétima Carta. Figueiredo, obediente, enviou numerosa equipe da Seplan, que passou nove dias respondendo pessoalmente a essa imposição.

Com essa desculpa da Carta, o FMI suspendeu seu relacionamento normal com o Brasil e vai esperar a posse de Tancredo. Só retoma o fluxo normal se o governo Tancredo aceitar suas imposições.

Tudo não passa de uma suja manobra. A Carta não foi feita para ser cumprida mesmo. Nela se propõe uma inflação de 170% para

1985, mas já estamos num patamar de 220% (com os expurgos da FGV). Também há uma promessa de superávit nas receitas e despesas públicas. Ora, no ano passado a promessa foi de conter o orçamento público em 68 trilhões, enquanto o valor real ultrapassou 80 trilhões.

Essas "cartas" são conversas para boi dormir. O que o FMI quer é arrocho salarial, recessão, e que o Brasil seja todo ele uma gigantesca máquina de pagar juros. Para conseguir isso, trata de pôr Tancredo na parede, de obrigá-lo a negociar sob pressão. Os setores progressistas e patriotas do Brasil, por seu lado, devem se mobilizar para garantir ao governo Tancredo condições para uma tomada de posição firme em defesa dos interesses nacionais. Que leve ao rompimento dos acordos com o FMI e suspensão do pagamento da dívida externa.



Plano de emergência: Estamos com fome, Tancredo!

A assessoria econômica de Tancredo Neves (Copag) parece ter escutado o clamor surdo que sobe do povo, na hora de escolher o título de seus "Subsídios para ação imediata contra a fome e o desemprego", recém-publicados pela imprensa. Porém no seu conteúdo as propostas, tímidas, não são páreo para a descomunal e aguda crise da sociedade brasileira.

Elas consistem, basicamente, na distribuição de alimentos a preço reduzido, através da Cobal, ou gratuitamente, via programas como o da merenda escolar, ao lado da criação de empregos na construção civil, de residências e obras públicas. E não se pode dizer que o projeto seja prejudicial. Só o fato de o governo reconhecer que a crise social reclama medidas extraordinárias já merece aplauso.

A coisa se complica justamente porque as medidas não são tão extraordinárias assim. Longe disso, limitam-se a uma rearrumação, eminentemente técnica, de programas herdados do governo Figueiredo e de seus predecessores fardados. Isso quando a envergadura da crise exigiria iniciativas de sentido político, arrojadas e abrangentes. Como está, parece um plano para curar pneumonia dupla com pastilhas para tosse.

A fatia dos banqueiros é quatro vezes maior

O primeiro e crucial problema que aparece é o dos recursos para enfrentar a fome e o desemprego. De onde vem o dinheiro? É uma das perguntas-chave para se descobrir a indole real de uma política de governo.

Segundo a proposta da Copag, as verbas destinadas ao plano de emergência somariam mais de Cr\$ 15 trilhões. A quantia impressiona, à primeira vista, mesmo nestes tempos de inflação desvairada.

Porém a cifra ganha proporções bem mais modestas ao ser dividida entre os 90 milhões de brasileiros carentes, miseráveis e famintos que as estatísticas registraram atualmente. O resultado por cabeça é Cr\$ 166 mil, um salário-mínimo exato, o que não chega a ser grande coisa.

Mais eloqüente é a comparação entre as verbas do plano e a quantia — esta em dólares — que entregaremos este ano aos bancos estrangeiros só para pagar os juros da dívida. Os 15 trilhões não dão para pagar três meses desses juros. Em outras palavras: a bolada entregue aos banqueiros de fora é quatro vezes maior que a verba para os esfomeados.

Algum economista tacanho pode protestar contra o paralelo, alegando que são áreas separadas da economia, sem qualquer relação entre si. Engana-se. No fundo, tanto os juros como as verbas contra a fome e o desemprego são fatias do mesmo bolo, da renda nacional. Emagrecendo a primeira, seria perfeitamente viável engordar a última, recusando-se a pagar a dívida com a fome do povo, como disse, aliás, doutor Tancredo.

É necessário tirar o dinheiro de quem tem

Há mais. Todo o dinheiro do projeto já está destinado a órgãos oficiais vinculados — pelo menos em tese — à área social: Finsocial, BNH, Proterra. E, do total de 15,2 trilhões, 11,8 trilhões já estão comprometidos com programas do velho regime. Os recursos não-comprometidos, que poderiam ter destinação mais flexível, somam apenas 3,4 trilhões.

Não é assim que se custeia uma ação imediata que ao menos alivie o padecer dos famintos e sem emprego. Se o plano é de emergência, exige recursos de emergência, que têm de sair de algum lugar. Não basta realocar e administrar melhor a raquítica verba que os generais destinaram a gastos sociais. É preciso buscar o dinheiro onde ele está: por exemplo, sobretaxando em caráter excepcional os superlucros das multinacionais, dos banqueiros, dos monopólios; e, sobretudo, mexendo na dívida externa.

Construção civil não resolve o desemprego

As medidas sugeridas contra o desemprego são tão acanhadas, que o deputado e banqueiro Herbert Levy, egresso do PDS para o PFL, disse que ia mais longe e defendeu a criação imediata de um Fundo de Desemprego. O que dizer então dos trabalhadores, e mais ainda dos desempregados?



A Copag deposita sua esperança de criar empregos na construção civil: recuperação de conjunto habitacionais, urbanização das periferias, construção de moradias e até de delegacias de polícia e penitenciárias.

Essa concepção não leva longe. É bom lembrar que logo após 1964 os generais prometeram emprego e habitação para todos com base nos grandiloqüentes planos do BNH, mas quem faturou foram os grandes grupos da construção civil e os especuladores imobiliários.

Ainda que a construção civil possa de fato contratar certo número de trabalhadores, é ilusório pensar que ela seja a chave para vencer o desemprego. Ainda hoje o Brasil vive uma grave recessão econômica, em função da política do FMI. Teve de restringir drasticamente as importações e jogar tudo nas exportações, para pagar a dívida externa. A indústria permanece estagnada, muitas empresas faliram e outras trabalham com grande capacidade ociosa, depois de demitirem em massa.

Não faz sentido tentar resolver a questão convidando metalúrgicos, químicos e outros a se tornarem pedreiros. Não que seja indigno ser peão de obra. Mas não se resolve as questões do desenvolvimento econômico marchando para trás. O remédio está em impulsionar a industrialização, jamais em voltar a estágios mais atrasados a pretexto de absorver mão-de-obra. Seria o mesmo que abandonar o trator e retornar ao arado.

O novo governo não terá sucesso no combate ao desemprego sem desenvolver o conjunto da economia, sem dotar o País de um modelo industrial voltado para suas reais necessidades (ao invés de servir às multinacionais e banqueiros de fora), sem voltar a agricultura para a produção de alimentos e expandir o mercado interno.

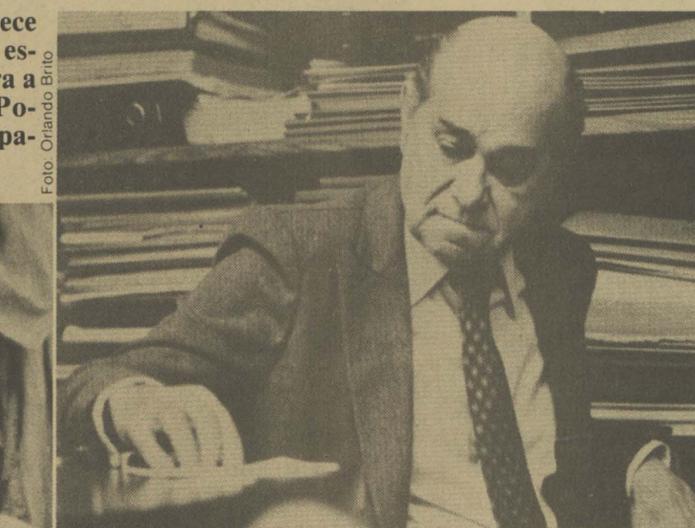


Foto: Orlando Brito

Já dizia doutor Tancredo: "Não se pode pagar a dívida com a fome do povo..."

a baixo preço através da rede Somar, coordenada pela Cobal. A redução na lista de produtos oferecidos, de 800 para 50, pode permitir um aumento significativo no volume destes gêneros, barateando o custo de vida.

Em contraste, verifica-se que o único setor prejudicado pelo plano é o dos assalariados com renda superior a cinco salários-mínimos, que perdem o direito a cupons de alimentação subsidiados (tiquetes-restaurante). É inconcebível que o governo Tancredo confisque uma franquia adquirida por estes trabalhadores, que afinal de contas não nadam em dinheiro. Quem deve ser gravado são as classes exploradoras, em especial os grandes capitalistas estrangeiros e nacionais, e não os assalariados que conseguiram um nível de vida ligeiramente acima da miséria geral.

Um bom começo: o abono de emergência

O plano também é limitado em sua visão de combate à fome. Restringe-se a burilar programas já criados pelo velho regime (rede Somar, Proab, Pnae, PAT, PNS) que já mostraram ser meros paliativos, e de baixa eficácia. Basta ver que o maior desses projetos — o da merenda escolar — atinge 20 milhões de crianças e mesmo assim a fome não diminuiu.

A saída não está numa ação de tipo assistencial, mas em medidas extraordinárias contra a exploração do povo, a começar por um abono de emergência. As estatísticas provam que o esmagamento dos salários, iniciado em 1964, prossegue até hoje. Um abono geral para os assalariados e funcionários públicos, além de ser socialmente justo, teria reflexo positivo sobre o conjunto da economia por reanimar o mercado interno.

Outro veio não explorado pela Copag está no rígido controle dos preços dos gêneros e serviços de primeira necessidade. Hoje, sob o império do FMI, eles sobem vertiginosamente. As taxas de eletricidade foram reajustadas em 30% em fevereiro e encarecerão mais 10% em março, por imposição dos credores estrangeiros da Eletrobrás. A alta do feijão só em janeiro foi de 23%. A do arroz, de 27%. E o café, produto de exportação, em dois meses deu um salto mortal de Cr\$ 9 mil para 19 mil o quilo. Um plano de emergência que deseja ser levado a sério pelo público precisaria comportar medidas implacáveis contra assaltos desse tipo.

O povo deve dar os rumos do plano

Os "Subsídios para a ação imediata contra a fome e o desemprego", entregues a Tancredo, não estão aprovados. Seu próprio texto diz que "caberá ao governo, uma vez constituído, completá-lo, dando-lhe feição definitiva". Seria interessante que o novo presidente confrontasse o trabalho da Copag com as incontáveis propostas que lhe chegaram às mãos durante a campanha sucessória, vindas de entidades sindicais, comunitárias, estudantis, femininas e outras, muitas vezes reunidas em assembleias populares por Estado. Nestes documentos estão contidos os clamores do povo, que o plano de emergência precisaria atender.

Um plano que fuja deste leito para confinar-se numa visão meramente técnica, dominada pela rotina e a inércia, significaria de fato dar as costas para a crise social. E a crise não perdoa. (Bernardo Joffily)

Com a crise, a pior fase do arrocho salarial

A crise dos últimos anos representou para a classe operária, e para os trabalhadores em geral, a mais dura fase do arrocho salarial. De acordo com dados do Dieese — Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-Econômicos, o salário-mínimo atual é "o menor dos últimos 33 anos, não encontrando paralelo desde 1952".

Só entre os anos de 1947 a 1951, o valor real do salário-mínimo alcançou níveis inferiores aos de hoje. Tomando por base o mês de dezembro de 1984 (o valor do mínimo a Cr\$ 166.560), o Dieese chegou à conclusão de que "está valendo a metade do que valia em 1940, data da publicação do primeiro salário-mínimo".

Entre 1982 a 1984, o valor real (a preços de dezembro de 1984) caiu de Cr\$ 204.622 para Cr\$ 161.276 (em 83, foi de Cr\$ 173.878,65). E no início de 1959, foi de Cr\$ 446.561. São 21 milhões de brasileiros (40% da população economicamente ativa) que recebem até um/salário-mínimo atualmente. Os outros níveis salariais também sofreram duramente com o aprofundamento do arrocho. Tudo isso é explicado, entre outras coisas, pela sucessão dos decretos-leis/2.012, 2.024, 2.045, de triste memória, e 2.065, baixados pelo governo Figueiredo; pela introdução do INPC como forma de cálculo dos reajustes salariais (que jamais acompanhou a evolução real dos preços que compõem o custo de vida), e pelos expurgos neste mesmo índice. Não por coincidência, foi o período da mais completa submissão ao FMI, que desde 1982 passou a ditar a política econômica que orienta a vida do País.

Isso não impediu que a Fiesp — Federação das Indústrias de São Paulo, sofismando com estatística e buscando se armar para as negociações salariais em marcha, divulgasse um estudo dando conta de que o salário médio real cresceu 18,8% entre 1980 e 1984.

Isso não é verdade, conforme informações do Dieese. O técnico deste órgão, Antônio José Prado, lembra que essas informações não batem com a análise de diversos outros órgãos técnicos, e para os cálculos efetuados pela federação patronal foi utilizado o ICV-Fipe (o menor índice do custo de vida, elaborado pela própria Fiesp). Além disso, a média do salário por trabalhador (o chamado salário médio) "em geral cresce com a recessão, na medida em que os empresários demitem os trabalhadores menos qualificados, que ganham menos, ao mesmo tempo em que forçam a intensificação das horas extras, por precaução" como argumentou o técnico do Dieese.



Foto: José Eugênio

Um general ganha até 54 salários-mínimos

Estes não tem por que reclamar

Nem todos têm motivo para reclamar do regime militar. Um general de quatro estrelas, em abril de 1964, recebia o equivalente a 18,6 salários-mínimos; hoje, subiu para 54,5 salários-mínimos. São Cr\$ 2.387.040 de soldo, mais Cr\$ 835.464 por tempo de serviço, Cr\$ 1.790.280 de habitação militar (que 75% deles recebem), Cr\$ 2.148.336 de representação (90%), Cr\$ 716.112 de auxílio-moradia (30%), Cr\$ 954.816 de compensação orgânica (40%); Cr\$ 238.704 de gratificação de tropa (10%). Soma: Cr\$ 9.070.521!

Conforme baixa a patente, reduzem-se também as regalias, mas sempre bem acima da massa de paisanos. A escala é a seguinte:

General de duas estrelas: soldo de Cr\$ 2.711.374 e gratificações de Cr\$ 5.029.531. Total de Cr\$ 7.800.905, equivalentes a 46,8 salários-mínimos. Em 1964 eram 16,4.

Coronel: soldo de Cr\$ 2.411.175 e gratificações de Cr\$ 4.173.187. Total: Cr\$ 6.584.362, ou 39,5 salários-mínimos. Em 1964 eram 11,8.

Major: soldo de Cr\$ 1.939.500 e gratificações de Cr\$ 3.025.620. Total: Cr\$ 4.965.120, ou 29,8 salários-mínimos, contra 11,8 em 1964.

Capitão: soldo de Cr\$ 1.604.124 e gratificações de Cr\$ 2.406.185. Total: Cr\$ 4.010.309, ou 24,4 salários-mínimos, contra 10,5 em 1964.

Fundação Maurício Grabois

A posição dos comunistas face à nova situação política

Com a eleição indireta de Tancredo Neves à Presidência da República, e sua posse no cargo definitivamente fixada para 15 de março, termina importante fase da batalha pela liquidação do regime militar que há vinte e um anos oprime a nação. Desponta na vida política nacional uma perspectiva democrática, grande é a esperança de mudanças na situação do País. Os comunistas que defendem a legalidade do PC do Brasil analisam os acontecimentos e tiram as conclusões pertinentes, indicando ao povo o caminho para alcançar outras conquistas.

Vitória de significado histórico

No processo da sucessão presidencial, o regime dos generais fez tudo que pôde para continuar. Pôs a máquina governamental a serviço da candidatura Paulo Maluf, estimulando seus métodos de corrupção e chantagem política; realizou acintosamente o cerco militar da Assembléia Legislativa do Maranhão com o objetivo de forçar a eleição de delegados malufistas ao Colégio Eleitoral; executou um plano de provocação com incêndio de jornais e teatros populares, invasão de casas e prisão de comunistas tentando criar clima propício ao golpe continuista; o ex-comandante da guarnição do Planalto, general Newton Cruz, procedeu a ensaios de cerco e ocupação de Brasília, Goiás e parte de Minas Gerais. O regime, no entanto, bastante desgastado e cada vez mais isolado, já não podia impor sua vontade. Seu suporte político, o PDS, esfacelou-se, o governo tornou-se minoritário no Congresso. Enquanto isso, avolumava-se o apoio, nas ruas e nos círculos políticos, à candidatura oposicionista de Tancredo Neves que, afinal, obteve expressiva e indiscutível vitória no próprio órgão criado casuisticamente para assegurar a continuidade do sistema dominante.

A vitória de Tancredo Neves tem significado histórico. Põe termo ao governo arbitrário das Forças Armadas imposto à Nação em 1964, com a ajuda e a intervenção insolente dos imperialistas norte-americanos. Os militares deixam o Poder repudiados pelo povo. Governaram despoticamente, submeteram o país mais ainda ao capital estrangeiro, deram livre curso à corrupção que atingiu níveis inimagináveis. O triunfo da oposição afasta sério obstáculo ao progresso da sociedade — o regime militar — responsável maior pela desastrosa situação em que se encontra o Brasil.

A força decisiva na derrota do sistema opressor e entreguista foi o povo, que realizou gigantescas manifestações em praça pública exprimindo veemente condenação ao autoritarismo. Esse grandioso movimento, erguendo bem alto bandeiras democráticas e patrióticas, teve, em grande parte, caráter espontâneo, não chegou a agrupar-se sob comando popular único. Obedeceu à hegemonia da frente oposicionista, dentro da qual predominava o PMDB e, neste, apesar das pressões da ala mais democrática, tinha preponderância o setor moderado.

O desfecho dessa luta não resultou exclusivamente da ação combativa do povo. Deu-se com a participação também de importantes segmentos das classes dominantes que, face à fracassada gestão castrense e temendo o crescimento e a radicalização do movimento popular, aderiram maciçamente às correntes oposicionistas. Embora a queda do atual regime se tenha efetuado no decurso de grave crise política, esta não apresentou as características que configuram uma situação revolucionária. A saída política tomou a forma de transição democrática, sem ruptura marcante com a velha ordem estabelecida.

Novo quadro político

Consideráveis modificações vão-se operando no quadro político surgido após a eleição de 15 de janeiro. Uma de suas particularidades é o forte sentimento democrático que impregna a vida nacional. Todos se pronunciam a favor da democracia, ninguém se atreve a defender o governo autoritário, nem mesmo os seus instituidores. Até Paulo Maluf, candidato do continuísmo, no final da sua campanha tentou aparecer como crítico do sistema que representava e servia.

Inicia-se amplo debate sobre temas relevantes e se definem, gradualmente, posições diferenciadas. Conquanto seja grande a variedade de opiniões, estas podem ser classificadas em dois grupos principais: o dos que pugnam por mudanças de profundidade não apenas nos métodos e rumos políticos, como igualmente em questões funda-



Foto Miran Fichtner

mentais que se relacionam com a soberania e o progresso da Nação; e o dos que pretendem mudanças de ordem secundária, que almejam um regime constitucional democrático, mas restritivo, transformações no campo sem tocar no latifúndio, renegociação da dívida externa submetendo-se a exigências dos credores, superação da crise social com simples panacéias, etc. Esta diferenciação entre setores moderados e conservadores, e setores progressistas e patrióticos, bem como a luta entre eles, constitui o conteúdo do desenvolvimento da situação política atual e do período vindouro.

As modificações que sucedem à substituição do regime de força refletem-se também no âmbito partidário. O PMDB, partido de oposição durante largo tempo, passa a ser partido de governo, apoio fundamental de Tancredo Neves no Congresso. A Frente Liberal, que procede das hostes pedessistas, ainda não tem fisionomia política e social completamente definida. Embora reunindo em seu seio banqueiros, usineiros e latifundiários, além do setor militar vinculado ao general Geisel, intenta desempenhar um papel liberal, distinto do pedessismo. Apóia o próximo governo, mas inclina-se a disputar com os futuros governantes espaço político visando ao Planalto em 1988. O PDS perdeu força e a posição de sustentáculo do regime vigorante, encontra-se desvalorado. Declara-se de oposição, em particular os malufistas, não obstante sua tendência seja girar em torno do governo. O PDT atrai para suas fileiras elementos como Ademar de Barros Filho, há pouco expoente do PDS, em São Paulo, procurando reforçar-se com setores do antigo populismo. Se bem tenha tomado parte na campanha das **diretas-já**, coloca-se em posição dúbia face ao presidente da República: pretende reduzir-lhe o mandato e toma atitudes oposicionistas, mesmo votando no Congresso com a maioria governamental. Joga com a possibilidade de ser alternativa no caso de desgaste do PMDB. O PTB atravessa séria crise interna, acha-se à deriva, sem comando. O PT, depois de certo crescimento beneficiado pelo apoio que recebeu da cúpula da campanha pró-diretas, caiu bastante, isolou-se por sua prática sectária e dividiu-se. Manifesta-se oposicionista em relação a Tancredo Neves, buscando explorar o forte descontentamento existente na classe operária. Não é demais salientar que a política de oposição até o momento voltava-se contra o sistema arbitrário; após 15 de março irá contrapor-se a um governo democrático, poderá servir aos manejos da **direita**, do malufismo sobretudo. As alterações no quadro partidário não estão completas; algumas organizações serão desmembradas, outras criadas ou reconhecidas por lei. Tais alterações têm importância para a compreensão da realidade que se está formando quanto à disposição das forças políticas na esfera federal.

O governo

Tancredo Neves

Destaca-se no panorama nacional a transferência do Poder das mãos dos militares para um representante da sociedade civil. Tancredo Neves alcança a Presidência da República com largo apoio da Nação. Sua chegada ao Planalto revigora a vida política atrofiada pelo longo regime do casuismo, da censura e da repressão. Todas as correntes de opinião entram em atividade procurando situar-se no cenário político em transformação. A formação do governo e as providências que virá

a adotar para enfrentar a crise suscitam expectativas generalizadas.

Proclamado chefe do Executivo, o novo ocupante do Palácio do Planalto realiza intenso trabalho objetivando organizar o governo com elementos de vários partidos e de sua escolha pessoal, e simultaneamente traça as diretrizes básicas de sua atuação. Enfatiza a necessidade de dotar o País de um regime democrático, com outra Constituição e o livre funcionamento dos poderes republicanos. Preconiza um Projeto Nacional em substituição ao "modelo" malogrado dos generais. Anuncia a criação da Nova República. Sua orientação geral vem sendo elaborada pragmaticamente.

Ainda que comprometido com o movimento popular e com as forças democráticas no curso da campanha sucessória, Tancredo Neves inclina-se para soluções moderadas. Declara-se partidário de mudanças, mas orienta-se num sentido pouco renovador. É inegável que tem diante de si pesada herança deixada pelo general Figueiredo. Haverá dificuldade em superá-la, o que somente conseguirá pondo em prática decisões corajosas e progressistas. Todavia, o novo governo toma feição predominantemente conservadora. Na frente econômico-social, peça-chave do equacionamento e solução do problema da crise, as inovações anunciadas são irrelevantes.

Fala-se em honrar antigos compromissos no exterior lesivos aos interesses nacionais. Adota-se como questão fundamental a contenção inflacionária, e não a dívida externa, fonte de tremenda espoliação do País, que continua aumentando e representa pesadíssimo fardo sobre os ombros do povo. A inflação, realmente grave, não será dominada separadamente de providências energéticas com relação à dívida da qual decorre em grande parte.

Para retomar o desenvolvimento econômico, o ex-governador mineiro reivindica mais investimentos forâneos, enquanto as multinacionais pressionam abertamente visando a obtenção de concessões descabidas como recompensa a tais investimentos. Seria negativa a retomada do desenvolvimento pelo mesmo caminho de antes, com a economia subordinada ao capital de fora, com o sacrifício dos trabalhadores e a estreiteza do mercado interno. Esse tipo de desenvolvimento gerou a crise social e econômica em que se debate a Nação. Também na política externa não há indícios de mudança. O recém-eleito presidente da República elogia a orientação atual do Itamarati, sem definir princípios que expressem, nesse campo, maior afirmação da soberania e independência nacional, da solidariedade e ação conjunta dos países submetidos à espoliação e à agressão imperialista. Até aqui, o Brasil tem sido, no fundamental, caudatário da política exterior dos Estados Unidos.

Desse modo, o governo Tancredo Neves apresenta duplo aspecto: de uma parte, sustenta posições democráticas, repele o sistema arbitrário que durou mais de duas décadas; de outra parte, promove uma política conservadora, não ataca as questões estruturais de onde se originam a crise e a dependência crescente do País ao capital estrangeiro. Apesar dos seus esforços e da manifesta vontade de buscar saída à calamitosa situação nacional, defrontará sérios obstáculos e, se mantiver as atuais posições, não atingirá os seus objetivos. O povo brasileiro apóia a transição preconizada como diretriz essencial do governo, transição, porém, que conduza a um

novo regime de liberdade, de progresso em benefício do povo e de independência da pátria.

Os comunistas face à nova situação

Os comunistas que pleiteiam a legalidade do Partido Comunista do Brasil (PC do B) deram valiosa contribuição à luta do nosso povo pela liquidação do odioso regime militar e pela vitória do candidato das oposições. A conquista de amplas liberdades constituiu um dos eixos de sua atividade tática. Ao lutar por liberdade, tinham em vista criar condições aos trabalhadores e às diferentes camadas populares para organizar-se melhor, mobilizar-se num plano mais vasto em torno de seus direitos e reivindicações, influir decisivamente nos acontecimentos políticos, elevar sua consciência de classe e forjar a grande unidade das forças progressistas a fim de atingir a meta da verdadeira emancipação. Julgam, assim, que a tarefa mais importante do momento é consolidar a vitória alcançada e avançar no caminho das transformações que o progresso da Nação reclama.

A consolidação dessa vitória demanda esforço comum das correntes democráticas e populares com vistas a estabelecer efetiva democracia no País. O regime militar não está definitivamente liquidado. Os generais perderam o governo, saem da cena política. Ainda se conserva, porém, de pé, toda a estrutura jurídico-institucional da qual se serviram com o propósito de reprimir os opositores e levar à prática a orientação antipopular, antidemocrática e antinacional, estrutura característica dos Estados-políciais que precisa ser desmontada de cima a baixo. Não é admissível a usurpação pelo Poder Executivo de prerrogativas do Congresso Nacional como ocorre presentemente. Não se pode tolerar a existência do SNI, órgão policial de controle da vida pública e privada dos cidadãos. É inaceitável a vigência da chamada Lei de Segurança Nacional destinada a perseguir a atividade política conseqüente, de igual modo a competência da Justiça Militar para julgar civis incriminados de pretensos delitos de subversão da ordem estabelecida ou ainda a atuação da Polícia Federal na área política, violando o princípio federativo da autonomia estadual. Não se justificam os preceitos "legais" que impedem o livre funcionamento de todos os partidos políticos, impõem a vinculação de votos, o voto distrital, a proibição de coligações partidárias, a eleição indireta. É aberrante a continuação de intervenções nos sindicatos, de repressão às greves, de impedimento da circulação de idéias nos órgãos de comunicação social. Todas as leis arbitrárias, que obstaculizam o exercício da democracia, têm de ser revogadas.

A convocação da Assembléia Constituinte soberana, com a finalidade de elaborar a nova Carta Magna e entrar definitivamente a Constituição outorgada, em 1969, pela Junta Militar é tarefa fundamental à consolidação da vitória democrática. Uma grande campanha popular pró-Constituinte, com a participação dos partidos políticos e dos sindicatos, das organizações populares, estudantes, feministas e outras, contribuirá para o debate e o esclarecimento de temas essenciais acerca da ordem jurídica a ser instituída, permitirá a eclosão de vasto movimento de opinião pública progressista. Pode-se afirmar que a mobilização e organização popular pela instauração de um sistema político radicalmente oposto ao atual definirão, em última

instância, os rumos concretos da transição democrática.

Os comunistas fiéis à legenda do PC do Brasil, propugnando um regime democrático como necessidade ao desenvolvimento da consciência política e social da classe operária e das massas populares, bem como ao fortalecimento quantitativo e qualitativo de autêntico partido do proletariado, o PC do B, consideram inoportuno e incorreto fazer oposição sistemática ao governo Tancredo Neves, visando sua desestabilização imediata. Apesar do caráter moderado e das limitações políticas das forças que representa, esse governo emana das imensas e vigorosas manifestações de massa contra o arbítrio, em favor de mudanças substanciais no País. Encontra-se sob pressão popular e democrática de grandes contingentes da população que o apóiam e dele esperam medidas eficazes destinadas a superar os males que afligem o povo. A desestabilização imediata, antes que as massas tenham feito sua própria experiência e se organizado, não concorreria para reforçar e desenvolver o movimento popular e democrático, ajudaria, isto sim, à reação, interessada em impedir o progresso da democracia. Coerentes com a linha que defenderam, de liquidação do regime militar e conquista da liberdade a fim de abrir caminho ao avanço das forças populares, os comunistas não têm motivos para renegar o apoio que deram a Tancredo Neves como candidato das oposições. Adotarão frente ao governo prestes a ser empossado atitude crítica e independente, batalhando sempre pelos interesses dos trabalhadores e do povo, jamais compactuando com posições reacionárias, antipopulares, antinacionais. Prosseguirão lutando, em frente-única com amplas forças, pela suspensão do pagamento e congelamento da dívida externa assim como dos respectivos juros, contra qualquer tipo de espoliação do País pelo capital estrangeiro, em prol da reforma agrária radical e da melhor distribuição da renda, do rigoroso controle da atividade dos Bancos e da limitação dos seus lucros, por autêntica liberdade para os trabalhadores, inclusive liberdade e autonomia sindicais, etc.

Adiante, por um futuro socialista

Partidários de transformações revolucionárias na sociedade brasileira, os comunistas que empunham a gloriosa bandeira do PC do Brasil não crêem que a burguesia, na época de declínio do capitalismo, seja capaz de garantir um futuro de progresso, verdadeira independência, bem-estar e liberdade para o povo. Apontam a via do socialismo científico, da construção de uma vida livre de crises, desemprego, injustiças sociais, submissão aos monopólios imperialistas. Esse caminho se constrói na luta de todos os dias contra a opressão e a exploração, forjando a unidade da classe operária e das massas populares, estabelecendo inevitáveis alianças políticas, temporárias e permanentes, adestrando-se nos combates por direitos e conquistas sociais a fim de aproximar a grande meta emancipadora.

O povo brasileiro saiu vitorioso nos embates pela liberdade. Unido, foi mais forte do que as armas e a arrogância dos generais. Apresta-se agora, com maior decisão e experiência, para outras jornadas que hão de consolidar os êxitos obtidos e tornar realidade as profundas aspirações da imensa maioria dos brasileiros.

(Texto distribuído à imprensa pela Comissão Nacional pela Legalidade do PC do Brasil).

Campanha salarial dos operários da cana em SP

Os trabalhadores das usinas de cana da região de Ribeirão Preto, no interior de São Paulo, começam a esquentar os motores para a campanha salarial, cuja data-base é em 1º de maio. Com as últimas greves, conquistaram uma antecipação salarial de 25%, mas os problemas de salário, demissões e horas extras são cada dia mais graves.

Em Sertãozinho, que é a principal produtora de cana e álcool da região, e de todo o País, existem mais de 15 mil operários trabalhando em oito usinas, além de pequenos engenhos. A subseção do Sindicato dos Trabalhadores das Massas Alimentícias — ao qual eles estão ligados — começou a funcionar em janeiro deste ano e já está em plena atividade. No dia 22 de fevereiro, foi realizada a primeira assembleia para discutir a pauta de reivindicações.

Para se ter idéia da situação, há poucos dias a Usina Santa Eliza, uma das maiores, com aproximadamente 2.600 operários, demitiu 80 empregados. Em contrapartida, os restantes trabalham em ritmo acelerado, alguns chegando a jornada de 13 ou 14 horas, por causa das horas extras.

A previsão é que por volta do dia 10 de maio as usinas estarão a pleno vapor na moagem da cana. Só a Santa Eliza, com oito caldeiras, planeja produzir nesta safra aproximadamente três milhões de sacas de açúcar e 162 milhões de litros de álcool.

Nestas condições, os trabalhadores tratam de se organizar para obter, no mínimo, piso salarial de Cr\$ 850 mil (hoje é de Cr\$ 304 mil), pagamento de 100% da hora extra, não-desconto dos 25% de antecipação, 40 horas semanais na entressafra, democratização nas eleições da Cipa. Como reforço para esta luta, pretendem articular-se com os motoristas, que na safra chegam a sete mil e têm data-base também em 1º de maio. (da sucursal)

Falta de segurança pára transporte em São Paulo

Numa vigorosa manifestação de protesto contra a total insegurança no trabalho, os motoristas e cobradores paulistas realizaram greve no último dia 26, congestionando as ruas da Capital. Segundo dados da Secretaria de Segurança, ocorreram 6.299 casos de assaltos a ônibus no ano passado; apenas em janeiro último foram registrados 508 roubos.

Conseqüência nefasta da crise econômica, o aumento da criminalidade nas ruas de São Paulo tem gerado grande pânico nos condutores de ônibus. Eles são vítimas fáceis de assaltos e assassinatos, que aumentaram vertiginosamente nos últimos quatro meses. Como forma de protesto, desde o ano passado os trabalhadores vêm se mobilizando para exigir mais segurança no transporte público. Já ocorreram inúmeras pequenas paralisações, isoladas, em várias empresas da capital e da Grande São Paulo.

Aos poucos a insegurança passou a ser uma das principais preocupações da categoria, com 52 mil trabalhadores. Só para se ter uma idéia do alcance da criminalidade, numa reunião de cobradores e motoristas da CMTC, no último dia 21, dos 204 presentes apenas 18 ainda não tinham sido assaltados. Vários participantes já haviam sido roubados mais de uma vez.

GREVE SE ALASTRA

Com a generalização da revolta na categoria, o Sindicato dos Condutores de Veículos passou a divul-

gar a idéia da greve geral para exigir providências imediatas do governo do Estado. Mas a greve ocorreu mesmo de forma espontânea, sem ser decretada em nenhuma assembleia. O detonador da paralisação foi a morte do passageiro Evandro de Souza e o assalto ao motorista Manoel Feitosa, na noite de domingo, dia 24.

A greve começou durante a madrugada nas garagens do Brás, bairro da Zona Leste. Os motoristas saíram com os ônibus no horário normal, mas os estacionaram em filas duplas e triplas nos principais corredores da região, passando a fazer piquete. Logo o protesto se alastrou por toda a cidade. Em seus principais corredores se formaram grandes filas de veículos estacionados.

"MORTE NOS PERSEGUIE"

Segundo cálculos do Sindicato, acima de 60% da categoria aderiu ao protesto, que atingiu todas as 38 empresas particulares e a CMTC (Companhia Municipal de Transporte Coletivo).

A rapidez e a facilidade com que

a greve se alastrou, não encontrando resistências, evidenciaram a gravidade do problema. De acordo com um motorista da CMTC, com seis anos de empresa, "a gente sai de casa e não sabe se volta". Pai de dois filhos, ele vive atemorizado: "A gente anda pelas ruas com o coração na mão. A morte nos perseguindo".

Outro condutor, com 30 anos de idade e cinco de profissão, lembra da morte de um companheiro, o Chicão, que trabalhava na garagem Santa Rita, da CMTC: "Ele estava fazendo o noturno do Itaim. No veículo tinha um passageiro e dois bandidos. Um ameaçou o cobrador com uma faca e outro avançou para o Chicão. Ele tentou resistir e levou dois tiros".

Mais um caso: "O negrão Sara-cura, como o pessoal o chamava, era muito querido de todos os trabalhadores da Viação Para Todos. Nós trabalhamos juntos dois anos na Viação Bandeirantes e estávamos há quatro meses na Para Todos. Numa noite, às 11:30 horas, ele foi morto. Ele inclusive levava um revólver debaixo do banco, mas não teve tempo de pegá-lo". Após este relato, o motorista, com 33 anos e 11 de profissão, reflete. "Nestas horas a gente tem vontade de sair do trabalho. Mas não dá. Eu não sei fazer outra coisa. E com esta crise não consigo outro emprego".

MEDIDAS PALIATIVAS

Em parte o protesto dos motoristas e cobradores obteve êxito. Imediatamente foi convocada uma reunião entre os secretários de Segurança e Transporte e o presidente da CMTC com a diretoria do Sindicato e uma comissão de 12 grevistas. Nela ficou acertado que o governo incentivará a adoção de passes para evitar a circulação de dinheiro nos ônibus e aumentará o policiamento. Mas, conforme raciocina um membro da comissão, "estas são medidas paliativas, que não resolverão o problema por completo".

O próprio reforço da ROTA (Ronda Ostensiva Tobias de Aguiar), prometido pelo secretário de Segurança, gera também insegurança para a população: este policiamento ostensivo é conhecido pelas barbaridades cometidas nos bairros periféricos. E o membro da comissão completa: "Só se vai resolver o problema da criminalidade com medidas de caráter social e não policial. Medidas como a redução da jornada do trabalho, aumento dos salários, salário-desemprego e reformas no sistema previdenciário".

reajustar na mesma medida os salários dos docentes. A perda salarial acumulada nos últimos dois anos pela nossa categoria chega ao índice alarmante de 41,8%".

A postura dos proprietários de escolas, representados pelo Sindicato de Estabelecimentos de Ensino, tem sido de total inflexibilidade e mesmo de recusa à negociação. Só aceitaram sentar-se à mesa de negociações no dia 13 de fevereiro, após uma histórica assembleia dos professores realizada no dia 9, com mais de 600 representantes de várias cidades do interior. Há mais de 50 anos não acontecia uma assembleia com esta representatividade. Mesmo assim a retomada das conversações foi meramente formal. Os docentes estão enviando cartas aos pais de alunos denunciando a situação e mostrando como isto piora a qualidade do ensino. (da sucursal)



A passeata no centro da Capital conquistou a simpatia do povo, que a engrossou

Funcionários do Correio protestam contra exploração

Numa combativa manifestação pública, cerca de 2 mil funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telegrafos se concentraram na Praça da Sé, no centro da capital paulista, no último dia 25, para reivindicar aumento real de salários e melhores condições de trabalho. O ato foi coordenado pela Comissão Pró-Associação dos Funcionários do Correio.

Depois do ato os manifestantes saíram em passeata, dirigindo-se até a antiga sede central da empresa. Durante o trajeto foi carregado um caixão com duas faixas penduradas: "Abaixo o Regime Militar nos Correios" e "Abaixo a Escravidão". Os manifestantes gritaram inúmeras palavras de ordem, exigindo

150% de aumento salarial: "1, 2, 3, 4, 5, mil, queremos Sindicato do Correio no Brasil".

A categoria foi duramente sacrificada pela política de arrocho do governo militar, imposto pelo FMI. Em 1979, os funcionários recebiam o correspondente a cinco salários-mínimos, hoje, ganham como salário inicial de carteiros e manipuladores o equivalente a 2,67 salários-mínimos. Além disso, têm uma intensa jornada de trabalho, saindo às ruas diariamente com vinte a trinta quilos de cartas, percorrendo a pé de doze a quinze quilômetros. São obrigados a trabalhar no horário do almoço e ultrapassar o limite da jornada diária de serviço.



Exportação da laranja rendeu mais de 1 bilhão de dólares em 1984

Milionários da laranja perseguem trabalhadores

Bebedouro é, hoje, a campeã mundial da laranja. Grandes fortunas são alcançadas em curto prazo. Em um ano o preço do produto subiu 63%, alcançando 1.800 dólares no mercado internacional. Mas em contraste com isto, os colhedores de laranja lutam para obter salários dignos, que acompanhem a inflação, e para que não se encontrem desempregados na entressafra. Além disto, diversos trabalhadores que estiveram em greve em janeiro são perseguidos com processos criminais pelas indústrias Frutesp e Cargill.

No dia 24 de fevereiro, cerca de 90 trabalhadores e dirigentes sindicais, representantes de 14 cidades do interior paulista, reuniram-se em Araraquara, sob a direção da Fetaesp, para definir a pauta de reivindicações dos apanhadores de laranja.

As negociações com os patrões começaram no início de março. Mas os trabalhadores já falam que estarão preparados para entrar em greve por ocasião da safra, em maio, se não houver flexibilidade dos capitalistas.

Nas discussões ressaltam-se dois problemas básicos: a busca de contratos anuais — incluindo, portanto, trabalho na entressafra da laranja — e não os costumeiros contratos por colheita e reajustes trimestrais, para que os salários

possam acompanhar a inflação e beneficiar-se dos preços altamente favoráveis da laranja.

Enquanto isto, mais de 10 trabalhadores, entre eles Marcos, de apenas 13 anos, estão sendo processados pela Cargill e Frutesp, nos artigos 197 e 202 do Código Penal, alegando "irregularidades" na greve realizada em janeiro deste ano. O início do inquérito se deu após a homologação do acordo entre patrões e empregados, revelando o evidente propósito de vingança dos donos do capital contra os grevistas. A Câmara Municipal de Bebedouro já aprovou uma moção de solidariedade aos apanhadores de laranja, apresentada pelo vereador Jorge Carneiro Campos. (da sucursal)

Professores mineiros preparam greve

Cerca de 400 professores da rede particular de ensino de Minas Gerais decidiram, na última assembleia da categoria, a 23 de fevereiro, entrar em greve a partir do dia 11 de março, caso os proprietários das escolas mantenham a recusa de negociar e atender as reivindicações mínimas formuladas pela categoria.

Os professores mineiros — cerca de 50 mil em todo o Estado — estão em campanha salarial desde outubro do ano passado. Suas principais reivindicações são: reajuste de acordo com o INPC integral; reposição salarial de 20%; manutenção de todas as conquistas alcançadas até o último acordo salarial.

A contraproposta patronal é absurda e fere a dignidade profissional dos docentes. Os donos das escolas pretendem acabar com a pari-

dade salarial entre o interior e a capital (conceder INPC integral apenas para a capital), abolir o piso salarial e o salário de ingresso, e ainda falam em reduzir o recesso escolar de 45 para 30 dias. Com estas medidas aos salários aula-base e os pisos salariais seriam congelados, levando a uma perda superior a 70% para os professores contratados no primeiro semestre e 200% para os contratados no segundo semestre (isto se o INPC de agosto for em torno de 75%).

Para o diretor do Sindicato dos Professores, Geraldo Basílio Ramos, "as reivindicações da categoria são até modestas, diante da situação de empobrecimento dos professores e do aviltamento de suas condições de trabalho. Nos últimos anos as escolas particulares têm reajustado suas anuidades pelo INPC integral, porém recusam-se a



Alunos da Zona Leste de São Paulo exigem escola pública no bairro

Na volta às aulas um rombo no orçamento

Os 27 milhões de estudantes que voltam às aulas nesta época do ano enfrentam uma árdua batalha contra os gastos exorbitantes com o ensino. Muitos não suportam estes custos e abandonam a escola, aumentando a legião dos quase oito milhões de jovens que não conseguiram ultrapassar o 1º grau. Hoje, uma família chega a gastar até 25% do orçamento com educação.

Após 21 anos de regime militar, a educação apresenta um quadro negro. A população analfabeta no País ultrapassa 25 milhões de pessoas. Existem oito milhões de crianças entre 7 e 14 anos ausentes dos bancos escolares. Dos 13,5 milhões de brasileiros na faixa dos 15 aos 19 anos de idade, apenas 1,9 milhão freqüenta as escolas secundárias. As vagas para as primeiras quatro séries do ensino de 1º Grau nos últimos dez anos têm crescido em níveis menores do que o crescimento populacional. Isto permite antecipar o recrudescimento do analfabetismo nos próximos anos.

Os gerais adotaram uma política para a educação privilegiando ao máximo a privatização do ensino em detrimento da escola pública. Hoje, cerca de 44% dos alunos do 2º Grau e 73% do ensino superior estão matriculados em escolas particulares. Na Universidade foi onde o ensino privado mais avançou, pois em 1963 abrangia apenas 38% dos universitários.

O professor Carlos Martins, em seu livro *Ensino Pago: Um Retrato Sem Retoques*, escreve como isso se deu: "(...) o governo através de seus órgãos permitiu e incentivou que o setor privado participasse da solução da crise, uma vez que os recursos financeiros que ele destinou para a educação eram insuficientes para ampliar as vagas da rede oficial. Desta forma, sem investimentos, o Estado conseguiu 'democratizar' o ensino superior, deixando que a iniciativa privada se encarregasse desta expansão".

E a corrida ao pote de ouro foi grande. Os lucros neste setor são enormes, uma vez que a iniciativa privada abrange preferencialmente áreas cujo investimento em material de pesquisa é mínimo, como nas de Ciências Humanas e Letras. Carlos Baldijão, professor da USP, acrescenta: "São cursos nos quais apenas se investe giz, porque a saliva é do professor, sempre mal remunerado e com brutais cargas horárias". Das 972 instituições de ensino superior existentes no País 692 são particulares.

Mutuários vencem BNH na Justiça

Uma importante vitória dos mutuários sobre o Banco Nacional de Habitação (BNH) foi conquistada no último dia 25, com a decisão do Tribunal Federal de Recursos. Julgando o mandado de segurança impetrado por Eduardo G. Casimiro e sua esposa, Andradina de Moraes Guedes, o TFR determinou que o reajuste das prestações dos mutuários não poderão ser superiores a 33% do salário-mínimo para São Paulo e 25% para o Rio de Janeiro, de acordo com a Lei 4.380/64.

A decisão poderá beneficiar cerca de 300 mil mutuários que, inclusive, deverão ser reembolsados pelo que pagaram a mais ao BNH, de julho de 1983 para cá. Todos os mutuários que optaram, a partir de 1983, por reajustes de prestações de acordo com os aumentos do salário-mínimo poderão ser enquadrados nessa decisão judicial. De acordo com a determinação — to-

mada por decisão unânime dos integrantes do Tribunal de Recursos —, os reajustes de prestações da casa própria só podem vigorar após 60 dias da data de vigência da alteração do salário-mínimo. Também no caso dos servidores públicos e autárquicos, o reajuste das prestações não poderá exceder aos aumentos dos vencimentos.

CURSO AO SUPREMO
Mas o presidente do BNH, Nelson da Matta, parece não querer curvar-se à decisão do Tribunal. Ele anunciou que vai recorrer ao Supremo Tribunal Federal. Mesmo antes de conhecer o teor da sentença judicial, Nelson da Matta já se apressou a dizer que seus efeitos no Sistema Financeiro de Habitação são "simplesmente imprevisíveis". Para ele, "da forma como o Tribunal decidiu, a equivalência (dos reajustes das prestações aos dos salários, a partir de 1983) é impraticável".

Estudantes vão comemorar em março a legalização da UNE

A União Nacional dos Estudantes reconquistou a sua legalidade após 21 anos perseguida pelo regime militar. A sentença favorável ao registro saiu publicada no Diário Oficial do Rio, após dois anos de tramitação na Justiça. Renildo Calheiros, presidente da UNE, afirma que agora lançarão uma campanha "pelo reconhecimento da entidade".

Desde a sua fundação, em 1937, a UNE sempre esteve ao lado dos democratas, patriotas e de todo povo brasileiro nas lutas em defesa da soberania nacional, das liberdades políticas e, nas duas últimas décadas, pelo fim do regime militar. Por isto, ganhou o respeito e o carinho da opinião pública — e, ao mesmo tempo, o ódio da ditadura, que sempre teve as entidades es-



Foto: Leo

"Nunca aceitamos a situação de ilegalidade que nos impuseram", diz Renildo, presidente da UNE



tudentis como seus alvos preferidos.

ILEGALIDADE

Logo depois do golpe de 1964, a UNE foi jogada na ilegalidade: teve seu registro cassado, sua sede no Rio de Janeiro incendiada; ocorreram prisões, banimentos, torturas e assassinatos, co-

mo o do ex-presidente Honestino Guimarães.

Mas os estudantes brasileiros resistiram à repressão fascista. E sempre souberam identificar ao longo desses 21 anos o regime militar como seu principal inimigo. Lutaram sem cessar

contra o arbítrio, pelos direitos ao ensino público e gratuito, e por uma Universidade democrática.

"Nunca aceitamos a situação de ilegalidade que nos tem sido imposta", diz Renildo Calheiros, presidente da entidade. "Desde a reconstrução da UNE, em 1979, reivindicamos o direito à legalidade e ao reconhecimento oficial. Em 1983 entramos com um processo na Justiça, pleiteando o registro no Cartório de Pessoas Jurídicas, no Rio de Janeiro".

Renildo explica que "o pedido de registro a princípio foi negado com base nos artigos 25 da Lei de Segurança Nacional e 115 da Lei de Pessoas Jurídicas, mas na verdade foi uma negativa política e não jurídica", assegurou. "O citado artigo da LSN proíbe o registro de entidade, partido político ou associação que tenha sido dissolvido por ato jurídico, mas isso não ocorreu com a UNE, que teve o seu registro cassado, o que é diferente. Já o artigo 115 da Lei de Pessoas Jurídicas impede o registro de entidade que acarrete 'subversão da ordem pública' e é só avaliar os estatutos da entidade para ver que isso não é verdade".

Diante disso, a UNE não aceitou o parecer do Cartório, que se declarou sem condições de resolver o problema e entregou o processo a outro juiz, solicitando a opinião do promotor público, que se pronunciou favorável ao registro da UNE.

RECONHECIMENTO

"Agora — conforme o presidente da UNE — só falta a entidade apresentar a ata do último Congresso (o 36º), e os dados pessoais de todos os membros da sua diretoria. E chegaremos ao fim de toda essa dura luta. Realizaremos um grande e amplo ato político, provavelmente no dia 29 de março, para comemorarmos a reconquista da vida legal para a UNE. Ao mesmo tempo, lançaremos a campanha pelo reconhecimento oficial da entidade, o que é uma outra etapa de luta", explicou.

Existem hoje, tramitando no Congresso Nacional, vários projetos tratando sobre o reconhecimento oficial da UNE. "A nossa idéia" — ressaltou Renildo Calheiros — é unificar todos esses projetos em um só, abrangendo o fundamental de todas as propostas, a fim de que a tramitação seja agilizada e atenda às reivindicações do estudantado."

CONEG

Neste final de semana (1, 2 e 3 de março), está sendo realizado no auditório da reitoria da UFAL, em Maceió, o 18º Conselho Nacional de Entidades Gerais (Conog) da UNE. Na abertura, haverá um ato político com a presença de representantes dos mais diversos setores da sociedade, em defesa da Assembleia Constituinte livre e soberana.

Heróica luta contra a ditadura

A UNE acaba de vencer uma das maiores batalhas ao longo da sua história: contra o regime militar. Foram longos anos de perseguições, clandestinidade, prisões e mortes, mas o inimigo nunca conseguiu calar esta voz que representa o anseio dos estudantes e dos brasileiros. Para José Luiz Guedes, presidente da entidade na gestão 1966/67, "em muitos momentos a UNE foi o único alto-falante do povo brasileiro".

Os militares testas-de-ferro do imperialismo, quando deram o golpe, em 1964, lançaram-se com fúria assassina contra a UNE, que possuía um passado glorioso de lutas democráticas e populares. Durante a Segunda Guerra Mundial ela havia puxado grandes manifestações contra o nazi-fascismo e pela entrada do Brasil na guerra contra o eixo. Mais tarde engrossava a "Campanha do Petróleo é Nosso", pela defesa de nossas riquezas minerais e divulgava por todo o País os nossos valores culturais, através do CPC.

Sua sede nacional no Rio de Janeiro foi invadida e incendiada logo nas primeiras horas após a tomada do poder pelos generais golpistas. As principais lideranças estudantis tiveram de passar para a clandestinidade ou partir para o exílio. Contudo, a luta não cessou e de 1964 a 1970 foram realizados quatro congressos às escondidas da repressão. O alvo central destes encontros era a necessidade de derrotar a ditadura militar.

PRISÕES E MORTES

A partir de 1967 se iniciou uma nova etapa na luta estudantil contra os projetos do governo para a educação. Os pontos culminantes foram as poderosas manifestações de rua em 1968, entre as quais se destaca a passeata dos 100 mil realizada no Rio de Janeiro. Com a decreta-



Abril de 1964: sede da UNE no Rio incendiada pelos golpistas

ção do AI-5, o terrorismo do regime contra as forças democráticas atingiu o seu auge. Vários diretores da UNE foram presos e torturados. Um de seus presidentes, Honestino Guimarães, preso em 1973, desapareceu nos porões da repressão.

O último congresso da União Nacional dos Estudantes, nesta fase, foi realizado em Ibiúna, em outubro de 1968. Mas a repressão, atenta à movimentação dos estudantes, descobriu o encontro. O ex-presidente Jean Marc von der Weid resalta que "a queda de Ibiúna custou muito caro para todo o movimento estudantil. Foram quase mil estudantes fichados pela repressão. Muitos só saíram da cadeia ou da clandestinidade para o exílio".



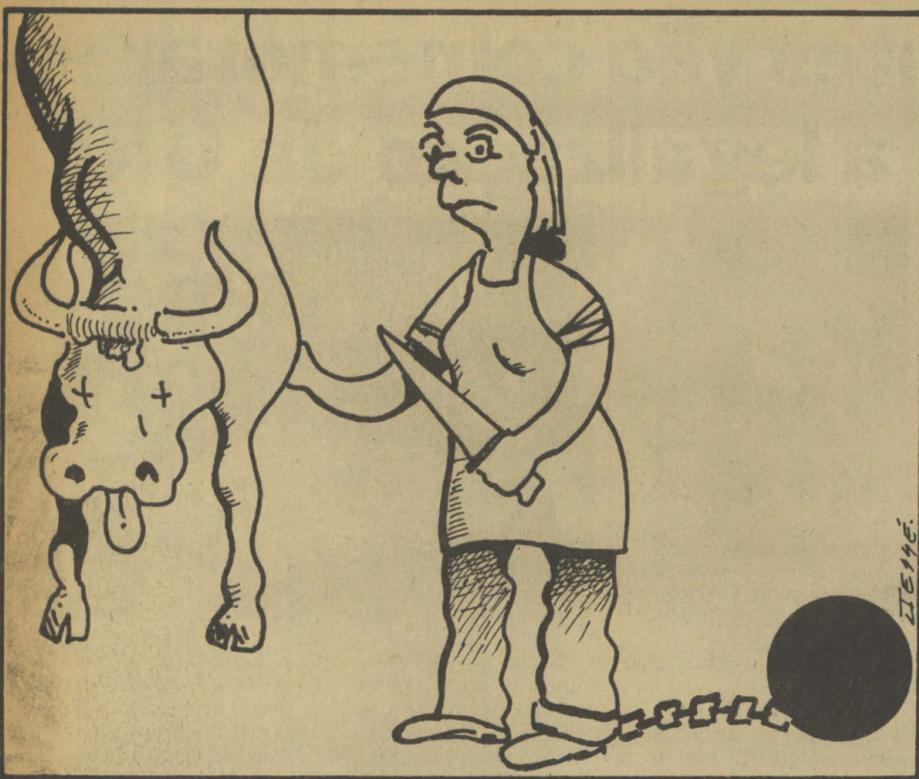
Foto: Eisen-Jansen

Prisão de líderes estudantis durante as manifestações de 1968

A RECONSTRUÇÃO

No entanto, nem o fascismo, nem o terror conseguiram conter a revolta e a insatisfação dos jovens universitários. Mesmo sob a mais dura repressão, o movimento estudantil continuou dentro das escolas, através das atividades culturais, esportivas ou científicas. A luta reivindicatória explodiu nas ruas de todo o País, em 1977, exigindo melhores condições de ensino e liberdade. Em maio de 1979, realizou-se em Salvador o Congresso de Reconstrução da UNE, com a presença de 5 mil estudantes. A partir daí a entidade participou de todos os grandes movimentos populares e políticos que culminaram na derrota do regime militar a 15 de janeiro deste ano.

Aldo Rebelo, presidente da UNE na gestão 1980/81, afirma que o ressurgimento da entidade nacional dos estudantes "foi fator impulsor da campanha democrática que culminou na conquista da anistia e que abriu espaço para a retomada da mobilização do País pelo fim do regime militar". Neste período foi travada em todo o País uma árdua batalha em defesa do ensino público e gratuito. Em setembro de 1980 a UNE promoveu uma greve de três dias que paralisou 1 milhão de estudantes e consolidou a unidade entre a comunidade universitária e as atividades conjuntas com professores e servidores universitários. Enfrentou, com protestos, a demolição de seu prédio no Rio de Janeiro em maio de 1980. Mas, três anos depois, conquistou uma nova sede.



Mulheres escravizadas na Sadia Oeste

Na Sadia Oeste, em Cuiabá, trabalham em média 1.600 pessoas, entre homens e mulheres. Ela abate cerca de 1.100 bois por dia. O trabalho é corrido e mal remunerado.

Às vezes antes de completar o horário de almoço, de uma hora, os chefes já querem que a gente volte a trabalhar. E o pior é que se batemos o cartão com atraso de 5 minutos recebemos desconto de uma hora e meia nas horas extras que fazemos durante o mês. Se temos duas dispensas médicas perdemos a quinzena; se o funcionário faltar um dia, no outro ele leva gancho ou é sujeito a ser mandado embora por "justa causa".

Isto tudo acontece no meu setor, que é o da desossa. Re-

centemente uma funcionária foi ao médico do Sesi e recebeu dispensa de 8 dias; ela levou ao médico da firma, que não abonou os oito dias. Ou ela levava gancho ou se sujeitava a ser mandada embora sem direito a nada...

As mulheres só saem às 19 horas. No sábado trabalhamos até 15:30 ou 18 horas. No ano passado dobramos o serviço várias vezes, pegando sábado e domingo. Mesmo as mães de família foram obrigadas a ficar. Muitas choravam com medo de depois apanhar do marido...

O salário é uma mixaria. Vem com tanto desconto que no final do mês não dá para manter a família. Quem falta em feriado tem desconto no

domingo. Este ano não tivemos feriado no carnaval. Quem faltou ficou com o número da chapa anotado.

Até as horas que vamos no banheiro são contadas. Quem vai muitas vezes tem desconto. As mulheres são as mais exploradas. Se ousam pedir para sair mais cedo para cuidar dos filhos, o encarregado pega seu cartão de ponto. Se saem sem bater, não recebem no outro dia.

Vivemos na maior escravidão. Os funcionários do banco que funciona aqui na empresa tiveram feriado de segunda a quinta no carnaval. Mas nós que trabalhamos no frigorífico não temos direito a feriado. (comissão de operárias da Sadia - Várzea Grande, Mato Grosso)

Funcionários do Correio unidos contra opressão

Nós, motoristas do correio, estamos nos unindo contra a opressão que sofremos nos verdadeiros campos de concentração que são as administrações dos correios.

Além de recebermos ordenados baixos, somos obrigados, sob pressão, a fazer serviços sem nenhum regulamento ou preparação. Um mês antes do aumento salarial somos frequentemente obrigados a lavar veículos, muitos deles em mau estado de conservação que provocam cortes nas mãos dos motoristas.

Também somos obrigados a fazer coletas de agências postais, sendo que para isso teríamos que ter treinamento e ser acompanhados por responsáveis pelos objetos retirados das agências, como malas, cestos etc. Para fazer isto, os motoristas têm que se afastar dos veículos deixando-os no meio-fio. Se algo ocorrer neste período, como o desaparecimento de materiais ou se surgir alguma avaria na viatura, o motorista fica responsável pelos danos, além de sofrer sanções disciplinares e perdas de prêmios. Em situação normal, este serviço deve ser feito por



Funcionários do Correio fazem passeata por aumento salarial

um motorista e um auxiliar de serviço postal.

Se um motorista sofrer acidente no trânsito com uma viatura do correio e sua culpa for confirmada, ele tem que pagar as avarias com seu ordenado, não importando o custo. Numa situação desta, os motoristas acabam caindo nas mãos de agiotas, se aprofundando cada vez mais. Isso sem contar que o próprio correio tem um

agiota chamado "Postali", instituição de "segurança" dos funcionários.

Os motoristas pedem às autoridades para que se coloquem ao nosso lado para que possamos juntos derrubar essa ideologia nazi-fascista dentro de uma empresa cuja cor tem muito a ver com as cores do Brasil. (grupo de motoristas dos Correios de São Paulo-SP)

ainda, na realização de um Festival Nacional da Juventude.

Outro ponto importante de discussão no Coneg será o relativo aos encontros de área. Poderemos ter mais subsídios para avançar o nosso trabalho nas Secretarias de área, que terão um papel fundamental em contribuir na discussão sobre os conteúdos ministrados na Universidade.

Por fim, sendo a UNE agora uma entidade legalizada, devemos dar novos e largos passos rumo ao seu reconhecimento pelo governo federal como entidade nacional representativa dos estudantes. (um amigo da TO — São Paulo-SP)

Estudantes defenderão Constituinte

Vai-se realizar de 1º a 3 de março, em Maceió, o 19º Coneg (Conselho Nacional de Entidades Gerais) da UNE. Grande destaques terá o lançamento da campanha pela Constituinte, em torno do que devemos nos mobilizar com todo o empenho: formar comitês, realizar debates sobre o tema e questões de interesse dos estudantes, organizar atos e manifestações.

O debate sobre a necessidade de uma reforma Universitária, que vise a superação da profunda crise em que vive a universidade brasileira, deverá desembocar no III Seminário sobre Reforma Universitária, a se realizar este

ano. O Coneg deverá deflagrar um amplo processo de discussão sobre esta questão a fim de atingir o conjunto dos estudantes, rumo a grandes mobilizações conjuntas da comunidade universitária.

A UNE e o conjunto das entidades estudantis comemoraram em 1985 o Ano Internacional de Juventude. "Liberdade para a Juventude" é o tema da calourada unificada. Iniciativas a nível dos Estados e a nível nacional deverão ser tomadas no sentido de congregar os jovens em torno das atividades de seu interesse: culturais, artísticas, esportivas e políticas. Deveremos nos empenhar,

A uma semana do Dia Internacional da Mulher, 8 de março, um grupo de operárias da Sadia Oeste, em Mato Grosso, enviou uma carta denunciando a discriminação de que são vítimas na empresa, particularmente as mães de família, que não têm sequer o direito de ver seus filhos. A empresa não possui creche e exige frequentemente hora extra sob ameaça de demissão. Resultado, as operárias se submetem.

Este é um problema que se repete por todo o País, mostrando a importância da creche para liberar a mulher no trabalho e para que ela possa lutar também por seus direitos e reivindicações, para que recebam salários dignos e passem a ser tratadas como gente nas empresas. (Olivia Rangel)



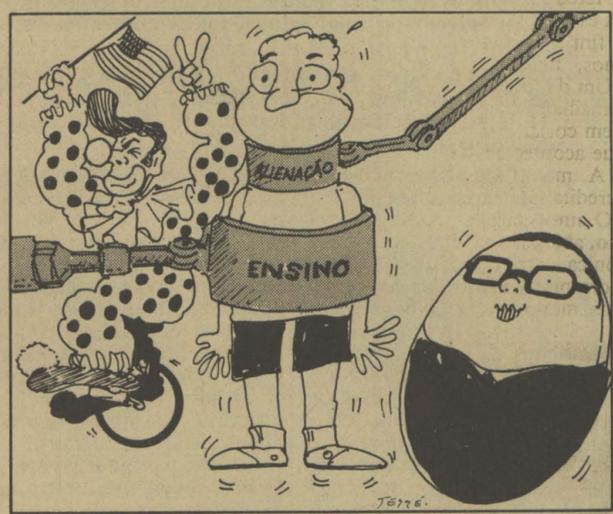
Sem presente não haverá futuro para os jovens

Acabamos de cumprir a segunda etapa de uma fase de nossas vidas. Somos milhões, somos os estudantes, somos a juventude do Brasil. Nas escolas, nas universidades ou fora delas; nas fábricas, nas lojas e nos escritórios; nos quartéis, nas oficinas e nas lavouras, somos o futuro do nosso País.

Mas não podemos pensar em futuro se não temos presente. Dizem que devemos nos preparar para dirigir o Brasil, mas nos ocultam nas escolas as verdades históricas. Verdades que causam pânico às classes dominantes, à burguesia que explora nosso povo. Quantos de nós têm consciência da realidade social, política, econômica, cultural e educacional ao sair da escola, que deveria nos dar elementos capacitadores para o enfrentamento com os vícios da sociedade?

Nossa capacidade intelectual é limitada por um sistema educacional que, sendo repudiado em seu país de origem, foi imposto no Brasil autoritariamente, para formar mão-de-obra barata para multinacionais e para manter o monopólio do conhecimento com uma elite favorecida. !

Somos formandos de 2º



grau, mas neste momento não podemos esquecer outros companheiros jovens como nós que não têm acesso à escola ou estão entregues às garras da exploração das empresas de ensino. Não podemos esquecer o baixo número de escolas públicas e as poucas verbas destinadas à Educação por um governo mal-intencionado.

O acesso à universidade, nossa próxima meta, é destino de uns poucos. O vestibular e os preços exorbitantes do ensino para um povo desnutrido e

sem salários são uma barreira intransponível.

O movimento estudantil é onde deveríamos nos entrelaçar para a luta, mas somente poucos o fazem. É necessária a união dos estudantes e professores, em defesa do ensino, por mais escolas públicas, mais verbas para a Educação, pelo ensino público e gratuito; por democracia nas escolas. Cabe a nós organizar a esperança para criar um mundo de liberdade. (A.F. — Canoas, Rio Grande do Sul)

Cipa do Itaú aumenta exploração

A Itaútec é uma das 120 empresas do grupo Itaú e usa em sua indústria metalúrgica, fabricante de componentes de computadores, mecanismos sofisticados de exploração dos trabalhadores.

A Cipa, por exemplo, não tem a função de prevenir acidentes. Desenvolve e acentua a exploração. Para isso continuar, nas últimas eleições até quem teve um voto foi eleito, desde que defendesse a empresa.

Outra irregularidade absurda é a quantidade de operários que fazem a mesma função ou trabalham na mesma máquina e ganham salários que diferem de Cr\$ 150 a Cr\$ 800 mil. Isso é uma forma usada pelo patrão para dividir

e desunir a fábrica. Outro dispositivo é manter na mesma bancada ou sessão, no setor de controle, um funcionário ligado ao Sindicato dos Bancários, outro dos Digitadores.

O que mais revolta o pessoal é a sujeira que fazem com a carteira dos especializados. Há ferramenteiros, frezadores com o registro de "operador de equipamento de prensa".

Outra coisa que temos de agüentar é um tal doutor Sílvio, engenheiro, que é mais dono da empresa que o próprio Setúbal. Persegue, ameaça, faz chantagem etc. Isso tem a ver com o fato desta empresa ser presidida pelo coronel Karman, do Exército.

O resultado desta política toda de exploração sofisticada é que no ano passado produzimos 100 a 120 mil peças de computadores por mês. Agora, com o mesmo número de funcionários, produzimos 200 mil peças por mês.

O Sindicato precisa estar mais na porta da empresa, a nossa unidade precisa começar por um controle sobre os companheiros da CIPA. Todos os espaços têm que ser conquistados. Até termos democracia de verdade na empresa, quando a nossa Comissão Sindical de Fábrica estiver organizada, eleita, estável e reconhecida. (operário da Itaútec — São Paulo, SP)

Operários da Consita fazem greve vitoriosa

Cerca de quarenta operários da Construtora Consita, empreiteira da Companhia Vale do Rio Doce em Marabá, Pará, cruzaram os braços durante quatro dias, no mês de janeiro. A empresa não estava cumprindo a convenção coletiva de trabalho, firmada no mês de dezembro passado entre o Sindicato dos Trabalhadores na Indústria da Construção do Mobiliário de Marabá e a Federação das Indústrias do Estado do Pará. Segundo a convenção, os patrões devem pagar aos serventes, no mínimo, Cr\$ 858 por hora, e para o profissional, pelo menos Cr\$ 1.503 por hora.

A Consita pagava, respectivamente, Cr\$ 464 e Cr\$ 750 por hora. Sob o comando do STICMM, tendo à frente o seu tesoureiro e, na ocasião, presidente interino, Juvenal do Espírito Santo Richa, a greve acabou vitoriosa, com os patrões cedendo à pressão dos operários.

Essa foi a primeira greve do ano no Estado do Pará e mostra uma nova fase no movimento operário paraense, revelando um sindicato forte e combativo, vigilante na defesa dos direitos da classe e pronto a denunciar todas as irregularidades existentes no município onde atua. (Ronald Gusti Abrão, advogado do STICMM — Marabá, Pará)

Colonos lutam para reforçar sua entidade

Noventa e seis colonos do Projeto Redenção, Colonacre, reuniram-se no último dia 9 de fevereiro, com a finalidade de discutir os problemas enfrentados pela entidade, bem como a possibilidade de reforçar a Associação através de uma reformulação do estatuto e até mesmo a convocação de eleições para uma nova diretoria, que conta com o respaldo da maioria dos colonos.

O presidente do Conselho Fiscal, sr. Ivanildo, diante dos graves problemas enfrentados pela Associação, com a falta de participação de muitos colonos, propôs eleições diretas dentro de trinta dias. Fixou-se então que no dia 9 de março haveria eleição, e a campanha praticamente já começou, com o lançamento da chapa "Ação e Trabalho", encabeçada pelos colonos Pinté e Jonas.

Na assembleia esteve presente o presidente da Associação dos Produtores Bom Progresso, da Gleba "U" Projeto Pexoto, sr. José Abrantes, que enfatizou a importância da Associação na luta por melhores dias e condições de vida a todos os moradores da área rural. (amigos da TO em Rio Branco, Acre)

Fome atinge três mil em Moanguba

Na Usina de Moanguba, distrito de Campos, no Rio de Janeiro, os trabalhadores não recebem seus salários há cinco meses, além de não terem recebido o 13º salário e as férias. É que a usina endividada fez um empréstimo junto ao IAA na ordem de um bilhão e oitocentos milhões de cruzeiros, com o qual apenas pagou os grandes fornecedores, deixando assim 3.000 pessoas (trabalhadores da usina e familiares) à míngua, além de não pagar os pequenos fornecedores.

Até o momento, apenas o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem mobilizado os trabalhadores da usina no campo, além de auxiliar os operários já que o Sindicato destes (Sindicato dos Trabalhadores nas Usinas de Açúcar de Campos) está sob intervenção e nada faz.

O STR já realizou uma passeata de 300 pessoas até a sede regional do IAA, quando o superintendente afirmou que os donos da usina não podem usar do empréstimo para pagar o pessoal, ficando acertado o estudo de um novo empréstimo para este fim.

O STR também está mobilizando a usina para, inclusive, formalizar o estudo de greve. (amigos da TO em Campos, Rio de Janeiro)

Ilusão ao alcance de todos nos "romances do coração"

Com uma tiragem em torno de um milhão de exemplares por mês, os livros românticos invadiram as bancas de revista, destronando inclusive as fotonovelas, que por vários anos eram leituras habituais de moças de estratagemas populares. A editora melhor sucedida no gênero é a Abril, com a coleção "Romances do Coração". A Tribuna Operária conversou com operárias que costumam ler essas publicações.

As revistas, segundo a Editora Abril, são destinadas a mulheres entre 14 e 49 anos. Suas histórias são escritas na Inglaterra, Canadá e Estados Unidos, e invadem quase todos os países do globo. E em todos os países desbancaram as fotonovelas — com exceção da Itália, onde este gênero surgiu e continua sendo consumido por amplas massas.

A metalúrgica Maisa, 20 anos, sempre lê "Sabrina", e acredita que as histórias podem ocorrer na vida real: "Acredito, porque se você não entra na história não consegue ler o livro até o fim". Sua colega Sandra Têlia, 36 anos, apontadora, vai mais longe: "Um dia pode acontecer comigo algo semelhante ao que ocorre nas histórias. Tem coisas que valem a pena mesmo que aconteçam..."

A maioria das leitoras operárias acredita piamente que histórias como "O amor não se compra" (veja resumo, abaixo) ocorrem na realidade. Verônica, operária da empresa Linhas Corrente, gosta das revistas "porque elas mexem com os sentimentos da

gente, com romance. Com elas, a gente fica mais por dentro do mundo romântico. Sonho que algum dia aquilo possa acontecer comigo. Eu sei que é um sonho difícil, mas a gente sonha. E pode acontecer..."

CRISE DAS FOTONOVELAS

Os livros românticos ocuparam o lugar das fotonovelas. "Ilusão" e "Almanaque Fotonovelas", da Editora Abril, deixaram as bancas em março, devido à pouca venda. Há quatro anos atrás, essas revistas vendiam cerca de 200 mil exemplares por mês. Hoje não chegam a 30 mil. "Capricho", também da Abril, chegou a vender 600 mil exemplares mensais, mas sua tiragem foi reduzida para cerca de 140 mil, e parou de publicar fotonovelas. Já a Editora Bloch tirou de circulação as revistas "Sétimo Céu Amor", "Intimidade", "Mulher" e "Carinho" (estas duas continuam nas bancas, mas sem as fotonovelas). "Sétimo Céu", que era quinzenal, passou a mensal em julho do ano passado.

A crise chega a afetar também os livros de romance, mas não com a mesma intensidade. A Abril retirou das bancas a coleção Fascinação, mas incluiu "Barbara Cartland" aos seus títulos. Já as séries "Super Sabrina", "Super Bianca" e "Super Júlia" deixarão de ser mensais a partir de março. Porém não sairão das bancas.

PROVEITO PRÁTICO

Poucas leitoras (entrevistadas pelo TO) acharam que esses livros têm algum proveito prático. Mas a apontadora Sandra Têlia acha que esse tipo de leitura "faz bem para o estado de espírito". Maisa afirma que, conforme vai lendo, "vou aprendendo a agir". Telma, também metalúrgica, acha que "no decorrer da história vão acontecendo coisas novas, e a gente acaba aprendendo alguma coisa que não sabia".

É comum as operárias se identificarem com as personagens principais das histórias. Contudo, nenhuma das leitoras encontrou nos romances que leu protagonistas que fossem também operárias. A identificação se dá, então, "pelo sentimento, pelo amor que elas sentem", conta Maisa. "Eu vou lendo e me colocando no lugar delas", confessa Têlia.

Sandra, operária das Linhas Corrente, era leitora assídua desses romances. Eis seu depoimento:

TO: Por que você lia esses livros?
Sandra: Porque eles eram interessantes, com aventuras, romances.

TO: Você acreditava naquelas histórias?

Sandra: Quando a gente é nova, cheia de ilusões, acredita. Tem a cabeça cheia de bobagens.

TO: — Você lia outras coisas?

Sandra: Não. Só aquelas revistas.

TO: — Você se identificava com as personagens?

Sandra: Não. Elas eram muito diferentes. Só em sonho mesmo.

TO: — Mas você sonhava que as histórias aconteceriam com você?

Sandra: Ah, sonhava! Quem não quer que aconteça com a gente?

TO: — E aconteceu?

Sandra: Não. Ela deixou de ler os "romances do coração".

(Rúbia Costa)



Uma espécie de ópio

Os "Romances do Coração" da Editora Abril (Júlia, Bárbara, Sabrina, Bianca, Super Bianca etc.) formam a maior coleção do gênero no Brasil. O enredo prende-se ao encontro (e desencontros) entre a heroína e seu amado. O destino maior da mulher solteira na sociedade, para essas publicações, é encontrar marido. Tudo envolto num falso moralismo em relação ao sexo, ao comportamento social etc.

As heroínas geralmente trabalham. São profissionais dedicadas e competentes, invejadas por colegas de trabalho. Mas os homens por quem se apaixonam são mais brilhantes no exercício profissional. Por mais empenho que tenham no trabalho, as mulheres sempre o subordinam ao objetivo supremo de alcançar o matrimônio. Dando alento às concepções machistas, nas revistas as mulheres, após o casamento, continuarão ou não trabalhando segundo a decisão incontestável do marido. Isso porque, a partir do casamento, elas teriam um novo objetivo para suas existências — servir eficientemente ao marido e aos filhos.

No geral, são estes o tratamento e a "moral da história" dos romances do coração. Exagera-se o sentimentalismo, isolando-o da realização social e profissional da mulher. A heroína pode trabalhar e ser explorada até a exaustão. Porém nunca refletirá sobre esta sua situação ou discutirá com os colegas de trabalho. A solução está em casar, e daí talvez trabalhar como secretária do marido (geralmente um profissional liberal) ou se dedicar aos afazeres domésticos — e seus problemas trabalhistas terão fim. Os negros só entram nas histórias como personagens secundários, nunca como principais, num mal disfarçado racismo.

Nesses livros, a inferioridade da mulher diante do homem é uma realidade indescutível. Desde a capacitação profissional — por melhor que a mulher seja, sempre há um homem que a supera, e que ela admira ou ama —, até as atitudes diante da própria vida — a capacidade de tomar decisões acertadas diante dos problemas, a possibilida-

de de ascensão social devido ao trabalho, a vida social participativa etc.

Dramas reais, que assolam amplas massas, como a fome, o desemprego, a exploração no trabalho, não existem ou são tratados marginalmente. É clara a intenção de embelezar o mundo capitalista. Não existem contradições de classe — padrões apaixonam-se e casam-se com empregadas numa profusão absolutamente fora da realidade. O amor frustrado (dos personagens secundários), o ciúme, a caça à riqueza, a busca desesperada do casamento são os "motores da história". Luta de classes, jamais!

Essas publicações são uma espécie de ópio. Falseiam a realidade vivida pelas trabalhadoras (a maior parte de seus leitores), as entorpecem com um mundo fantasioso, distante da luta por melhores dias para a sociedade. A sujeição da mulher em relação ao homem é apresentada como "natural", seu "destino histórico" é ser dona-de-casa, condenada aos embrutecedores afazeres domésticos. Impotente diante dos problemas sociais e diante da própria vida, a mulher só teria solução para seus problemas no casamento, de acordo com esses livros. São um instrumento do machismo. Uma arma da burguesia contra os trabalhadores. (Carlos Pompe)



As leitoras acreditam nas histórias



Os livros de "romance" venceram a concorrência com as fotonovelas

Nesta história o amor é comprado

Gijs: "Eu tenho muito dinheiro, Celina. Isso é algo que não acho importante e gostaria que você também não achasse".
Celina: "Bem, vou tentar. Entretanto, tenho de me acostumar com a idéia".

Celina Potts, enfermeira inglesa, "muito bonita, magra e elegante", a quem todos olhavam com admiração, tinha 25 anos. "Havia tido muitos namorados, mas nunca se apaixonara por nenhum." Seus dias de trabalho eram exaustivos, "cheios de correrias, problemas infundáveis".

No Hospital em que trabalhava conheceu Laurens Van Amstel, 26 anos, nobre, holandês, médico, alto, loiro, olhos azuis, que sofrera uma acidente. O acaso fez, portanto, com que Celina conhecesse o homem "pelo qual sonhava há tanto tempo". A enfermeira conhece também a Gijs, primo de Laurens, igualmente nobre, loiro, olhos azuis, 36 anos.

Logo Laurens pede Celina em casamento, e exige: "Peça logo demissão. Não gosto de esposas que trabalham". Maravilhada, Celina concorda. Antes de casar, porém, deve ir à Holanda, conhecer a sogra. Lá chegando, decepção: a sogra é perversa, e não aceita que o filho case com uma plebéia. Laurens, por seu lado, já não estava mais interessado em Celi-



na. Ela era apenas mais um de seus caprichos.

Desenganada, Celina tem a consoladora o primo de Laurens, Gijs. Este apaixonou-se pela bela enfermeira. E

seus pais, felicidade, não se importam com a condição não-nobre de Celina. Mas há um problema: a moça não ama Gijs. A questão é rapidamente resolvida quando Celina descobre que sua mãe também não amava seu pai quando ambos se casaram. O mesmo aconteceu com uma sua amiga. Sendo assim, Celina e Gijs casam-se. Gijs, que também é médico, foi claro em suas intenções com a noiva: "Eu preciso de alguém para cuidar da casa e de mim. Alguém que me ajude nas cirurgias de emergência".

"O amor não se compra", diz o título da história. Pelo sim, pelo não, Gijs dá a Celina brincos, anéis, broches e colares de rubis rodeados de brilhantes, diamantes, pérolas, um automóvel e uma conta bancária de saldo inesgotável. A moça não é de ferro, e acaba cedendo a tantos encantos, apaixonando-se por Gijs e vivendo feliz para sempre....

Resumo de "O amor não se compra", estorieta de autoria da inglesa Betty Neels, publicada num dos "Romances do Coração".

Tribuna Operária

Endereço: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista - São Paulo - CEP 01318.
Telefone: 36-7531 (DDD 011).
Telex: 01132133 TLOBR.
Jornalista Responsável: Pedro de Oliveira.
Conselho de Direção: Rogério Lustosa, Bernardo Joffily, Olívia Rangel.
ALAGOAS - Arapiraca: Praça Luís Pereira Lima, 237, sobrelaço, CEP 57000, Maceió: Rua Cincinato Pinto, 183 - Centro - CEP 57000.
AMAZONAS - Mana: Rua Simon Bolívar, 231 (ant. Praça da Saudade) - Caixa Postal 1439 - Rua João Pessoa, 53, São Lázaro. Telefone 237-6644 - CEP 69000.
BAHIA - Camaçari: Rua José Nunes de Matos, 12 - CEP 42800.
Feira de Santana: Av. Santos Dumont, 218 - Centro - CEP 44100.
Itabuna: Av. do Cinqüentenário, 928, 1º andar, sala 1, Centro - CEP 45600.
Itapetinga: Av. Santos Dumont, 44, 1º andar - Centro.
Juazeiro: Rua América Alves, 6-A - CEP 44060 - Paratinga: Rua Pereira Moacir, 96 - CEP 47.500.
SALVADOR: Rua Senador Costa Pinto, 845, Centro, CEP 40.000.
Simões Filho: Praça 7 de Setembro (prédio da antiga Cimes), CEP 43.700.
DISTRITO FEDERAL - Brasília: Edifício Venâncio IV - sala 312 - CEP 70302.
CEARÁ - Fortaleza: Rua Barão do Rio Branco, 1809 - Centro - CEP 60.000.

Iguatu: Rua Floriano Peixoto, 408, 2º andar - CEP 79900.
Sobral: Av. Dom José, 1236, sala 4 - CEP 62100.
ESPÍRITO SANTO - Cachoeiro do Itapemirim: Praça Gerônimo Monteiro, 89, sala 2 - Centro - CEP 29300.
Vitória: Rua Duque de Caxias, 112, Edifício Aguirre, sala 15 - CEP 29000.
GOIÁS - Goiânia: Rua 27, nº 69 - Centro - CEP 74000.
Anápolis: Rua 14 de Julho, 821 - Centro. CEP 77100.
MARANHÃO - São Luís: Rua da Saavedra, 99 - Centro - CEP 65000.
MATO GROSSO - Cuiabá: Rua Comandante Costa, 548 - Fone 321-5095 - CEP 78000.
MATO GROSSO DO SUL - Campo Grande: R. Antônio Maria Coelho, 1152, 1º andar, sala 15 - CEP 79100.
MINAS GERAIS - Belo Horizonte: Rua Padre Betchior, 285 - Centro - Fone: 224-7605 - CEP 30000. Juiz

de Fora: Galeria Constança Valadares, 3º andar, sala 411 - CEP 36100.
PARÁ - Belém: Rua Manoel Barata, 993 - CEP 66000.
PARAÍBA - João Pessoa: Rua Duque de Caxias, 540 - 2º andar, sala 201 - Calçadão - Centro - CEP 58000.
Campina Grande: Rua Venâncio Neiva, 318 - 1º andar - CEP 58100.
PARANÁ - Curitiba: Rua Tibagi, 428, CEP 90000. Fone: 234-7454.
Londrina: Rua Sérgio, 984, sala 206, 2º andar. CEP 86100.
PIAUÍ - Teresina: Rua Barroso, 144 - 1º andar, sala 4 - CEP 64000.
PERNAMBUCO - Cabo: Rua Vigário Batista, 236 - CEP 54500.
Garanhuns: Rua Dantas Barreto, 5, sala 1 - Centro - CEP 55300.
Recife: Rua Sossogo, 221, Boa Vista.
RIO GRANDE DO NORTE - Natal: Av. Presidente Bandeira, 406, sala 109 - Alecrim - CEP 59000.
RIO GRANDE DO SUL - Porto Alegre: Rua General Câmara 52, sala

29 - CEP 90000, Caxias do Sul: Rua Dal Carnale, 1891, 2º andar, fundos, CEP 95100.
Pelotas: Rua Andrada Neves, 1599, sala 403 - CEP 96100.
Cachoeirinha: Av. Flores da Cunha, 1235, sala 520. Aberto depois das 18 horas e sábados das 9 às 12 horas.
SÃO PAULO - Americana: Av. dr. Antônio Lobo, 281, sala 6 - CEP 13470.
Campinas: Rua Senador Saravali, 448, fone: 2-6345 - CEP 13100.
Marília: Rua Dom Pedro, 180 - CEP 17500.
Oásico: Rua Ten. Avelar Pires de Azevedo, 26, 2º andar, sala 12 - CEP 09000.
São Carlos: Av. São Carlos, 2119, Caixa Postal 533 - CEP 13560.
Teubaté: Rua Anísio Ortiz Monteiro, 41 - CEP 12100.
São José dos Campos: Rua Vilaça, 195, 1º andar, sala 19 - CEP 12200.
SERGIPE - Aracaju: Avenida Rio Branco, Edifício Ovídio Teixeira, sala 1220. CEP 49000.

Sim, eu quero receber a Tribuna Operária. Envio junto com este cupom um cheque nominal à Editora Anita Garibaldi Ltda., pela seguinte opção de assinatura:
Anual (52 edições) Cr\$ 70.000,00
Anual popular (52 edições) Cr\$ 35.000,00
Semestral (26 edições) Cr\$ 32.800,00
Semestral popular (26 edições) Cr\$ 16.400,00
Anual para o exterior (em dólares) US\$ 70,00
NOME:
ENDEREÇO:
BAIRRO:
CIDADE: CEP:
ESTADO: DATA:
PROFISSÃO:
Endereço a carta com seu pedido de assinatura para a Editora Anita Garibaldi: Rua Adoniran Barbosa, 53, Bela Vista, São Paulo, SP, CEP 01318.

Receba em casa a Tribuna Operária fazendo já a sua assinatura!
Tribuna Operária
300 PMs caçam posseiros no Pará
CDM
Preços válidos por tempo limitado. Envie hoje o seu cupom.
Fundação de Documentação e Memória
Gratuito

Direitos das trabalhadoras

Ao se encerrar, a DÉCADA MUNDIAL DA MULHER (1975-1985), proclamada pela ONU, deixa no Brasil um impressionante saldo de participação feminina, tanto na esfera política, como na social e econômica. Não por acaso todos os partidos, hoje, tratam de encaixar a questão da mulher em seus programas. A presença feminina no trabalho também cresceu a olhos vistos. Embora não haja dados mais recentes, sabe-se que entre 1975 e 1982 ela mais do que dobrou, saltando de 15% para 34,8% do total.

Mas este avanço, obra da garra e do esforço das mulheres, esbarra ainda numa forte discriminação no trabalho. Nem os direitos, garantidos às trabalhadoras pela reacionária CLT atual, são respeitados pelo patronato.

As Comissões de Creches e Sindical do Conselho da Condição Feminina de São Paulo fizeram uma pesquisa sobre o cumprimento da CLT nos locais de trabalho e chegaram a conclusões revoltantes. A enquete resultou num videocassete que vem servindo de base para inflamados debates em sindicatos, empresas e locais de trabalho.

A pesquisa confirma que uma das principais dificuldades para as mulheres trabalharem fora de casa é a ausência quase total de creches.

A CLT é explícita sobre o assunto. Seu artigo 389, item IV, afirma: "Os estabelecimentos em que trabalharem pelo menos 30 mulheres, com mais de 16 anos de idade, terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob sua vigilância e assistência os seus filhos no período de amamentação. A exigência poderá ser suprida por meio de creches distritais mantidas diretamente ou mediante convênios com outras entidades públicas ou privadas, pelas próprias empresas, em regime comunitário, ou a cargo do SESI, do SESC, da LBA ou de entidades sindicais".

No entanto, uma coisa é a lei e outra a realidade. Se a lei já é restrita, exigindo creches apenas no período de amamentação, na dura realidade patronal nem isso é levado à prática.

Das 12 mil empresas metalúrgicas de São Paulo, por exemplo, 273 estão enquadradas nos critérios que obrigam a criação de creches. Porém, a pesquisa verificou que apenas quatro delas obedecem à lei. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, trabalham na cidade 63.800 metalúrgicas, representando 19,1% da categoria. Mas apenas 2.058 delas, ou seja uma em 33, têm o "privilegio" de pôr seus filhos em creches.

Como se isso não bastasse, os patrões trapaceiam com a lei estabelecendo "convênios" com creches-fantasma. Um exemplo é o estabelecimento denominado "Mamãe", localizado em Santo Amaro, Zona Sul da capital paulista. Essa creche tem convênio com 98 empresas, todas grandes, entre as quais a Gradiente, a Metal Leve, a Phillips, as Casas Pernambucanas, a Phebo, a Sprecher e Schuh, os Laboratórios Lepetit, a Telectanque e a Anderson Clayton, cada uma empregando centenas de trabalhadoras. No entanto, a pesquisa constatou que apenas cinco berços funcionam!

Foram levantadas apenas 63 creches conveniadas em São Paulo, e menos da metade respondeu à pesquisa. Mas há evidências de que "Mamãe" não é uma exceção. As "creches conveniadas" são apenas para burlar a lei.

É o empregador que decide se mantém uma creche própria ou faz um



Passeata por creches, em Fortaleza; greve das operárias da Alpargatas, São Paulo; e trabalhadoras com seus filhos numa das raras creches existentes

convênio, e a lei nada diz sobre a proximidade entre o local de trabalho e a creche. Mas o pior é que não há fiscalização efetiva sobre o cumprimento da CLT. E as multas para quem a viola são tão insignificantes que os patrões acham mais lucrativo pagá-las que cumprir a lei.

AOS SEIS MESES, RUA!

Nos poucos estabelecimentos que cumprem a legislação, surge o sério problema do limite de idade para as crianças atendidas, que vai até seis meses. Depois disso, ou a mãe larga o emprego, ou pode ser forçada a largar o filho, ao léu, sem ter quem cuide dele.

Uma metalúrgica da linha de produção da Papaiz, com três filhos, conta que a empresa só deixa as crianças frequentarem a creche até seis meses. Por isso ela tem de pegar o ônibus às 5 horas da manhã para deixar seu caçula na escolinha e começar a trabalhar às 7 horas. Uma das crianças, sozinha, em casa, com dois anos de idade, já se queimou duas vezes com a panela de pressão.

Outra operária, da Arno, aos prantos na porta da empresa, relatou que seu bebê completava seis meses e, portanto, era seu último dia na creche. "Não sei agora o que vou fazer, preciso trabalhar mas não fico em paz deixando meu filho com outra pessoa" — desabafou.

O DIREITO DE SER MÃE

Como se isso não bastasse, o patronato viola, com frequência, o direito das mulheres à maternidade. É rotina as trabalhadoras serem demitidas quando ficam grávidas, para que a empresa não pague seu salário durante a licença de maternidade. Há firmas que simplesmente não empregam mulheres casadas. Outras exigem que elas assumam o compromisso de não ter filhos. Em algumas empresas chega-se ao cúmulo de exigir que as trabalhadoras a cada mês mostrem seus *modess*, para provar que não engravidaram. Na prática, a maioria das operárias é submetida a um rígido controle



de natalidade, para os patrões poderem lucrar o máximo.

SALÁRIOS SÃO OS MENORES

As mulheres também recebem sistematicamente salários mais baixos, mesmo quando executam as mesmas funções de seus companheiros do sexo masculino. Segundo o último Censo Demográfico, de 1980, a porcentagem de mulheres que recebem até meio salário-mínimo sobe a 11,6% do total, quando entre os homens ela é de 8,2%. Em contrapartida, apenas 1,6% da mão-de-obra feminina recebe mais que dez salários-mínimos, contra 5,3% da mão-de-obra masculina. Em média as mulheres ganham 40% menos do que os homens, nas mesmas funções.

Além de ganharem menos, as mulheres geralmente ocupam cargos inferiores e encontram toda sorte de obstáculos para ascender a funções de maior especialização e responsabilidade, mesmo quando qualificadas para tal. Dados do Censo de 1980 revelam o seguinte quadro na indústria metalúrgica: 33 mil soldados e 409 soldadoras; 20 mil chapeadores e 89 chapeadoras; 1.132 mecânicos de manutenção de aeronaves e apenas sete mulheres na mesma função.

A CONSCIÊNCIA DESPERTA

Na luta contra estas injustiças e a exploração patronal como um todo, vai se forjando a consciência das trabalhadoras. Uma operária da Philco, relatando sua vida na pesquisa, pôs em primeiro plano sua participação na greve da empresa em julho passado: "Eu me fiz nesta greve", declarou, orgulhosa. Outra, perguntada sobre seu maior sonho, não teve dúvida: "Sindicalizar um monte de companheiras, ver um monte de mulheres no Sindicato". (Olivia Rangel; colaboradora Maria Amélia Teles, Maria de Lurdes Rodrigues e Alda Marco Antônio, do Conselho da Condição Feminina)

Coisas que a lei garante às mulheres que trabalham mas os patrões não dão

- Ambiente de trabalho higiênico, ventilado, iluminado, confortável e dotado de cadeiras ou bancos para as trabalhadoras.
- Bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários, vestiários com armários individuais privativos.
- Fornecimento gratuito de equipamento de proteção, como óculos, luvas e roupas especiais.
- Repouso de no mínimo 11 horas consecutivas entre as jornadas de trabalho.
- Período de descanso e refeição de uma a duas horas durante a jornada de trabalho.
- Creches, ou convênios com creches, em toda empresa em que trabalhem pelo menos 30 mulheres com mais de 16 anos de idade.
- Licença para a gestante no período de quatro semanas antes e oito semanas depois do parto.
- ...E COISAS QUE A LEI PROIBE
- Trabalho feminino em condições perigosas ou insalubres.
- Emprego de mulheres em serviço que demande o emprego de força muscular superior a 25 quilos.
- Demissões por justa causa em casos de matrimônio e gravidez.



O 8 de Março este ano

O 8 de Março começou a ser comemorado em todo o mundo como "Dia Internacional da Mulher" em homenagem às operárias têxteis da fábrica Cotton, de Nova York, Estados Unidos, queimadas vivas dentro da empresa por realizarem uma greve pela redução da jornada de trabalho. É, portanto, uma data ligada ao movimento das mulheres e muito especialmente à luta das mulheres trabalhadoras.

No Brasil, o 8 de Março passou a ser assinalado somente a partir de 1975, mas nestes dez anos vem se firmando como uma tradição. E cada vez ganha as características do momento que se vive. Assim, no ano passado foi um dia marcado pela participação da mulher na grande campanha das diretas já.

Este ano transcorre sob o signo da vitória democrática sobre 21 anos de ditadura militar, e quando entra na ordem do dia a convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana.

Para impulsionarem a transição democrática, estarem presentes na Constituinte e no governo e se fazerem ouvir, as mulheres precisam se unir, ter força, lutar pelo que é seu direito. Ao mesmo tempo, surge com o novo governo a possibilidade de criação de um Conselho Nacional da Condição Feminina — um órgão que poderá facilitar esta luta e abrir-lhe novos caminhos, desde que seja composto por representantes do movimento de mulheres que efetivamente se desenvolve no País.